

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**



**Dissertação**

**A PROFISSÃO DOCENTE NA CIDADE DE PELOTAS:  
Associação Sul Rio-Grandense de Professores e  
Associação Católica de Professores  
(décadas de 1930 e 1940)**

**Adriana Duarte Leon**

**Pelotas, 2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Adriana Duarte Leon

**A profissão docente na cidade de Pelotas: Associação Sul Rio-Grandense de Professores e Associação Católica de Professores (décadas de 1930 e 1940)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giana Lange do Amaral**

**Pelotas, 2008**

Dados de catalogação na fonte:  
Aydê Andrade de Oliveira CRB - 10/864

L579p

Leon, Adriana Duarte.

A profissão docente na cidade de Pelotas: Associação Sul Rio-Grandense de Professores e Associação Católica de Professores (décadas de 1930 e 1940) / Adriana Duarte Leon. - Pelotas, 2008.  
116f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação.  
Universidade Federal de Pelotas.

1. História da educação. 2. Profissão docente. 3. Valorização profissional. I. Amaral, Giana Lange do orient. II. Título.

CDD 379.81657

**Banca Examinadora:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giana Lange do Amaral – FaE/UFPeI

---

Prof. Dr. Elomar A. Callegaro Tambara – FaE/UFPeI

---

Prof. Dr. Gomercindo Ghiggi – FaE/UFPeI

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Daudt Fischer – UNISINOS

## **Agradecimentos**

À professora Giana Lange do Amaral, pela orientação no desenvolvimento deste trabalho.

Aos Professores Elomar Tambara, Beatriz Daudt Fischer e Gomercindo Ghiggi, pelas importantes contribuições realizadas na qualificação desta pesquisa.

Aos professores, funcionários e colegas de curso da FaE/UFPel, que nos encontros de corredor contribuíram, muitas vezes sem saber, com as reflexões que resultaram neste trabalho.

Aos colegas da Escola de Ensino Fundamental Daura Ferreira Pinto, pela solidariedade e empenho em garantir que eu pudesse cursar o mestrado. Aos colegas do Centro de Atendimento à Saúde Escolar, que foram sujeitos colaboradores e estimuladores deste trabalho. Sem a compreensão, a solidariedade e o estímulo destes dois grupos, certamente esta pesquisa não teria se efetivado.

À Dona Sônia, funcionária da Bibliotheca Pública de Pelotas, que avocou para si a responsabilidade pelo acervo de jornais desta Instituição e o faz da melhor forma possível.

À Letícia, funcionária responsável pelo acervo de jornais da Mitra Diocesana de Pelotas, que foi sempre muito gentil e competente.

À Leia, pelo empréstimo do seu acervo pessoal, contendo documentos referentes à Associação Sul Rio-Grandense de Professores.

À minha mãe, Olinda Duarte Leon, e aos meus irmãos, pelo apoio, respeito e carinho.

Agradeço, com amor, ao Caetano Leon Hypolito, meu filho e companheiro desta jornada. Se lhe fosse possível expressar de forma organizada suas vivências, seria co-autor deste trabalho, com propriedade sobre todos os momentos da pesquisa.

Por fim, ao Álvaro Hypolito, pelo apoio e amorosidade.

## RESUMO

Esta pesquisa discute a valorização da profissão docente nas décadas de 1930 e 1940, no contexto de Pelotas, analisando sob quais aspectos a Associação Sul Rio-Grandense de Professores e a Associação Católica de Professores e Cultura Social desempenharam influência na constituição da profissão docente. O recorte temporal estabelecido para a pesquisa – as décadas de 1930 e 1940 – corresponde ao período inicial de atuação destas instituições (1930) e a um período significativo para as definições das políticas brasileiras de educação do século XX, quando se presenciou uma série de iniciativas nacionais para a educação, que delineiam características centrais para o sistema de ensino. As fontes utilizadas na pesquisa são orais e escritas. As orais constituem-se de entrevistas temáticas realizadas com professoras que atuaram no período. As fontes escritas são os registros encontrados na Associação Sul Rio-Grandense de Professores (atas das reuniões de diretoria e atas das assembleias) e três jornais que circularam no período, em Pelotas, o jornal católico “A Palavra”, o “Diário Popular” e “A Opinião Pública”. A Associação Sul Rio-Grandense de Professores e a Associação Católica de Professores e Cultura Social ocuparam papel relevante no que se refere à valorização da profissão docente. Constituíram-se como importantes entidades representativas e contribuíram para a profissionalização e a valorização do professorado, realizando atividades de congregação e integração, atividades de formação, estimulando, assim, a construção de um fazer profissional específico do professor.

**Palavras-chave:** História da Educação; Profissão Docente; Valorização Profissional;



## Abstract

This thesis discusses teachers' work as a profession, considering its social prestigious during the period of 1930 and 1940, in the context of Pelotas, a historical town in South Brazil. It analyzes many aspects of two relevant associations – *Associação Sul Rio-Grandense de Professores* (Teachers Association of the State of Rio Grande do Sul) and *Associação Católica de Professores e Cultura Social* (Teachers Catholic Association and Social Culture), related to how these associations have influenced teachers in terms of the making of their professionalization. It was established the period of the decades of 1930 and 1940, firstly because it matches the year of their creation (1930), and it was also an important time for educational policies in Brazil for the second half of the Twenty Century, when it is possible to note significant national policies for public education and schooling. It uses oral and written historical sources. The oral sources were collected through interviews with female teachers that had worked at this time. The written sources were documents and texts founded at the *Associação Sul Rio-Grandense de Professores* (reports of board meetings and assemblies) and three publications that have circulated in Pelotas – the Catholic Bulletin “A Palavra” (The Word), and two newspapers: “Diário Popular”, and “A Opinião Pública”. *The Associação Sul Rio-Grandense de Professores* and the *Associação Católica de Professores e Cultura Social* have achieved crucial role in empowering social prestigious of teachers in that period. The associations can be considered very representative institutions and have contributed to professionalism of teaching force, stimulating acts of integration, congregation, and organizing events for teacher education, such as courses, conferences, and so on.

**Key-words:** History of Education; Teachers' Work; Prestigious Professionalism;

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 - Identificação das professoras entrevistadas..... 17

Quadro 2 - Membros das diretorias da Associação Sul Rio-Grandense de  
Professores e da Associação Brasileira de Educação – Secção Pelotas ..... 79

## **LISTA DE SIGLAS E SIGNIFICADOS**

ASRP - Associação Sul Rio-Grandense de Professores.

ACPCS - Associação Católica de Professores e Cultura Social.

PRR - Partido Republicano Rio-Grandense.

ABE – Associação Brasileira de Educação.

LEC – Liga Eleitoral Católica.

## SUMÁRIO

<b>Agradecimentos</b> .....	03
<b>Resumo</b> .....	05
<b>Abstract</b> .....	06
<b>Lista de Quadros</b> .....	07
<b>Lista de Siglas e Significados</b> .....	08
<b>Sumário</b> .....	09
<b>Introdução</b> .....	11
<b>1 – Opções teórico-metodológicas</b> .....	16
1.1 Os primeiros passos da pesquisa: o passado através da escuta .....	16
1.2 Resignificados a partir da escuta .....	23
1.3 Os limites e as potencialidades da História Oral .....	27
1.4 Ampliando fontes e focando o objeto de estudo .....	31
1.5 Os periódicos como fonte da pesquisa .....	33
<b>2 – Um breve contexto histórico, social e político educacional do Brasil</b> .....	37
2.1 O Rio Grande do Sul neste contexto .....	52
<b>3 - Apontamentos sobre a consolidação da profissão docente</b> .....	57
<b>4 – Aspectos da história de Pelotas</b> .....	66
4.1 As alunas-mestras .....	73

4.2 Associação Brasileira de Educação – Secção pelotense .....	77
<b>5– As Instituições em questão .....</b>	<b>81</b>
5.1 Associação Sul Rio-Grandense de Professores .....	83
5.1.1 Atividades de Formação.....	86
5.1.2 Dia do Professor.....	87
5.1.3 Descentralização e representação .....	89
5.1.4 Arrecadação .....	90
5.2 – Associação Católica de Professores e Cultura Social .....	92
5.2.1 Atividades de Formação e Integração .....	99
5.2.2 Disseminação da organização Católica .....	101
5.2.3 Atividades de militância .....	101
5.3 - Ponderações sobre a Associação Católica e Associação Sul Rio-Grandense.....	102
<b>6 – Considerações Finais .....</b>	<b>104</b>
<b>7 – Referências .....</b>	<b>109</b>

## **Introdução**

O presente trabalho pretende analisar a valorização da profissão docente nas décadas de 1930 e 1940. A motivação para tal estudo surgiu do meu cotidiano de professora da rede pública municipal de ensino que convive com professoras que se reportam ao que consideram “tempos gloriosos na educação”, tempos que nem elas viveram, mas que pelos comentários pareciam ser melhores do que os atuais, no que se refere à valorização do magistério.

É fundamental destacar que me situo neste trabalho como pesquisadora e sujeito integrante da profissão docente. Sendo assim, problematizar a constituição histórica do professorado, no que tange à sua valorização, é investigar a origem de uma situação atual que é a desvalorização desta profissão.

Para analisar a profissão docente no contexto local busquei compreender aspectos da consolidação da profissão na cidade de Pelotas, com destaque, na década de 1930, para duas instituições que estiveram implicadas com aspectos da valorização do professorado: a Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP), criada em 1929, e a Associação Católica de Professores e Cultura Social (ACPCS), criada em 1933.

O recorte temporal estabelecido para a pesquisa corresponde ao período inicial de atuação destas Instituições, compreendendo, também, as décadas de 1930 e 1940, como períodos significativos para as políticas de educação do século XX,

quando ocorre uma série de iniciativas nacionais no campo da educação, com importante reorganização e organização do sistema de ensino, bastante influente para a educação até os dias de hoje.

O objetivo da pesquisa é investigar a valorização da profissão docente nas décadas de 1930 e 1940, analisando aspectos sobre a forma como a Associação Sul Rio-Grandense de Professores e a Associação Católica de Professores e Cultura Social se relacionam com esse processo.

Quando utilizo o termo valorização, entendo-o como uma forma de reconhecimento social propiciado à profissão docente. É a forma como o professor é percebido e se percebe no contexto em análise. A valorização desse profissional está diretamente atrelada à representação social da profissão no período. Representação é, assim, uma categoria importante para este trabalho e é compreendida como uma construção social e cultural que atende a interesses específicos.

De acordo com Chartier (1990), as representações são práticas culturais que estabelecem formas de pensar e agir. Segundo Minayo (1998), as representações sociais são mais abrangentes em termos de sociedade e podem revelar visões de mundo de uma determinada época. Certeau (2006) afirma que a representação só é histórica quando articulada a um lugar social da operação científica. Sendo assim, busco a seguir fazer uma rápida apresentação dos lugares e sujeitos onde serão buscadas as representações desta pesquisa.

Com a intenção de vislumbrar o perfil do professorado e dialogar com o objetivo da pesquisa, foram entrevistadas docentes que atuaram, no período em análise, em escolas da rede pública estadual e municipal de ensino. A escolha das entrevistadas ocorreu em função dos seguintes critérios: terem sido professoras no

período mais longínquo possível e ingressado na carreira até o fim da década de 1940. Por esse caminho, foi possível localizar algumas professoras e realizar cinco entrevistas.

As entrevistas tiveram como base dois temas centrais: a valorização social e a valorização econômica do professor. Dessas duas temáticas surge uma série de possibilidades para análise, porém são apresentadas, neste trabalho, aquelas pertinentes ao foco do estudo.

As fontes utilizadas na pesquisa são orais e escritas. As orais constituem-se de entrevistas temáticas realizadas, como já foi dito, com professoras que atuaram no período. As escritas são compostas pelos registros encontrados na Associação Sul Rio-Grandense de Professores (atas das reuniões de diretoria e atas das assembleias) e três jornais que circularam no período em Pelotas: o jornal católico “A Palavra”, o “Diário Popular” e “A Opinião Pública”.

Na década de 1930, o jornal era uma das principais formas de comunicação da cidade; representava muito das idéias e posições políticas existentes no município. Por esse motivo, foram escolhidos os jornais “Diário Popular” e “Opinião Pública”, pois são os únicos periódicos de edição diária e mantiveram a edição durante todo o período proposto para este trabalho. Para a análise destes dois jornais foi priorizado o mês de outubro, em todos os anos estudados, e foi também considerada uma amostra aleatória, com exemplares diários de ano inteiro, respeitado um intervalo de três anos.

O jornal católico “A Palavra” constitui-se como outra fonte escrita da pesquisa, porque através dele é possível acompanhar boa parte da trajetória da Associação Católica de Professores. Embora apareçam notas esporádicas em outros jornais



sobre esta instituição, é neste jornal católico que ela aparece de forma pública e contínua.

Destaco, a seguir, os estudos que busco para dar suporte acerca das tendências teórico-metodológicas em História da Educação: Amado e Ferreira (2006), Alberti (2004; 2005), Barreira (2004), Barros (2005), Bastos e Catani (1997), Bosi (1994), Catroga (2001), Certeau (2006), Chartier (2002), Delgado (2006), Guareschi (2000), Le Goff (1996), Minayo (1998), Montenegro (2007), Pinto (1998), Thompson (2002), Vicentini (2004).

As reflexões acerca da profissão docente estão baseadas em Almeida (1998; 2006), Apple (1986), Enguita (1991), Fischer (2005), Hypolito (1994), Lawn (2006), Lelis (2001), Louro (1989), Nóvoa (1991; 1997; 2007), Peixoto (2005), Silva (2001), Tambara (2002) e Villela (2004).

Para o contexto nacional e local busco um apoio em Buffa(1979), Cury (1988), Manarcha (1999), Nagle (1974), Schwartzman (1983; 2000), Fausto (1997), Hilsdorf (2003), Horta (1994); Bastos (1997; 2002), Quadros (2006), Schneider (1993); Barreto (1996), Jansen (1990), Loner (2001), Magalhães (1993), Peres (2000; 2002), Tambara (1993; 1995; 1998), Amaral (1999; 2003) e Vanti (1998).

A fim de dar uma organização ao texto, o trabalho está estruturado e distribuído em cinco capítulos. No primeiro, apresento as opções teórico-metodológicas que viabilizam e dão sustentação à pesquisa. A idéia de colocá-las no início visa apresentar ao leitor os caminhos percorridos pela pesquisadora no desenvolver do trabalho.

No segundo, com intenção de contextualizar o cenário nacional, faço uma breve caracterização do contexto histórico social e político educacional. São apontadas algumas questões referentes à educação no final do século XIX e início

do século XX, com destaque para a “Era Vargas”, em função de alguns reflexos deste momento para a educação nacional e por estar diretamente relacionada ao período de debate nesta dissertação.

No terceiro, são trazidos alguns apontamentos sobre a consolidação da profissão docente, buscando-se uma breve revisão bibliográfica sobre o tema, bem como um rápido retrospecto de como foi se efetivando a profissionalização do magistério no Brasil.

No quarto capítulo, sobre a cidade de Pelotas, são abordados aspectos conjunturais que buscam destacar algumas singularidades históricas do município que é o cenário da atuação dos docentes, sujeitos desta pesquisa.

Dando continuidade, o quinto capítulo aborda a Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP) e a Associação Católica de Professores e Cultura Social (ACPCS), com destaque para as atividades desenvolvidas por ambas na cidade de Pelotas e a relação destas com a valorização do professorado.

Por fim, espero que este trabalho contribua com elementos para a compreensão das relações que constituíram historicamente os docentes como sujeitos imersos em uma profissão que carece de valorização social e econômica. Como salienta Amaral (1999, p. 15) a “compreensão de nossa realidade atual e suas características leva-nos sempre ao passado, à origem do processo que estamos vivendo.”

Cada época possui os seus problemas e sua forma de lidar com eles. A análise histórica e reflexiva sobre como foram vividos possibilita subsídios para compreensão das circunstâncias atuais. Talvez, ao apropriar-se de aspectos de sua história, o professorado crie alternativas para superar seus limites, principalmente aqueles relacionados à sua valorização.

## **1 - Opções teórico-metodológicas**

Como a mente do historiador não é uma página em branco, a pergunta historiográfica só pode brotar de espíritos já pré-ocupados, atitude que, a par do desejo de acesso à verdade, exprime, em última análise, as inquietações do presente que as formula.

(CATROGA, 2001, p.57-58)

### **1.1 Os primeiros passos da pesquisa: O passado através da escuta**

A forma inicial de diálogo com o problema de pesquisa foi através de uma entrevista exploratória que objetivou um diálogo preliminar com o tema proposto. A entrevista possibilitou maior inserção no período em análise e sugeriu caminhos para a continuidade do trabalho.

O pesquisador que utiliza fontes orais precisa sensibilizar e desenvolver a escuta. Alberti (2005) utiliza a expressão “ouvir contar” para valorizar o processo de escuta, bem como o processo de interpretação do que foi escutado. Segundo ela, é preciso apurar o ouvido para reconhecer fatos que muitas vezes passam despercebidos.

O primeiro depoimento coletado para este trabalho cumpriu a função de prover elementos do contexto em estudo, rever questionamentos feitos, indicar fontes e principalmente sensibilizar o olhar da pesquisadora para a coleta dos próximos depoimentos. Sobre a entrevista inicial, Thompson (2002, p.254) afirma que “a melhor maneira de dar início ao trabalho pode ser mediante entrevistas

exploratórias, mapeando o campo e colhendo idéias e informações. Com ajuda destas, pode-se definir o problema e localizar algumas das fontes para resolvê-lo”.

A utilização de fontes orais era uma possibilidade concreta e após realizar a análise da entrevista exploratória, busquei outras depoentes que tivessem atuado como docentes, no período em questão, em escolas da rede estadual e municipal de ensino. A primeira professora que foi entrevistada indicou outras amigas da mesma faixa etária que contribuíram com o trabalho.

No desenvolver da pesquisa realizei cinco entrevistas: duas das depoentes iniciaram sua carreira em Pelotas e outras três, embora morassem aqui, foram lotadas inicialmente em outros municípios e ali atuaram até concluírem o estágio probatório, de dois anos, cuja conclusão marcou o pedido de transferência para Pelotas.

No quadro abaixo são apresentadas algumas informações sobre a identificação das cinco depoentes. São informações sobre idade, início de carreira, locais de atuação, rede de ensino e jornada de trabalho.

**Quadro 1 - Identificação das professoras entrevistadas**

Professoras entrevistadas						
Nome	Idade atual	Ano início carreira	Local	Escola	Rede de Ensino	Carga horária de trabalho
Irma Stephan Bicca	87	1939	São Lourenço	Boqueirão	Município	20h
Vanisa Esteves	82	1941	Pelotas	G.E. Félix da Cunha	Município	22h
Maria Izabel Galé Zanela	82	1943	Encantado	Escola de Hilópolis	Estado	20h
Ilza Cardoso	88	1944	Canguçu	Interior de Canguçu	Município	20h
Elza Nunes	81	1944	Pelotas	Pedro Osório	Estado	20h

Fonte: Entrevistas.

As entrevistas realizadas ocuparam papel fundamental no desenvolver do trabalho, pois possibilitaram a imersão no contexto e a definição do foco do estudo.

Quando coletei os depoimentos tinha como campo temático a valorização da profissão docente, mas não sabia exatamente como dimensioná-la.

No momento das entrevistas, a temática da pesquisa já estava definida, porém o enfoque sobre as duas instituições foi algo que ocorreu no desenvolver do processo de investigação. Sendo assim, o vínculo das professoras com as Associações não foi condição inicial para a escolha das entrevistadas.

Os testemunhos foram coletados através de entrevistas temáticas que, de acordo com Delgado (2006, p. 22), “são entrevistas que se referem a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados”.

Os questionamentos realizados foram baseados em dois temas: a valorização social e a valorização econômica dos professores nas décadas de 1930 e 1940. A partir do questionamento sobre esses dois eixos surge uma série de memórias que se relacionam de forma diversa com o problema de pesquisa, lembranças dos alunos, de colegas, de eventos sociais, da estrutura física da escola e das práticas escolares; enfim, surge uma gama de lembranças que não são o foco da pesquisa, mas fazem parte do fazer investigativo que utiliza a fonte oral.

Na medida do possível, eu redirecionava a entrevista para as questões da profissão docente, contudo a escolha do que vai ser dito acaba sendo feita pelo depoente e tem como pressuposto a sua percepção e valoração do mundo. O pesquisador pode questionar essa percepção buscando estimular lembranças que por vezes não estão na superfície da memória. Thompson (2002, p.197) afirma que “toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória e cavar fundo em suas sombras”.

Percebia, então, que as depoentes se detinham nos relatos sobre o cotidiano pedagógico, as situações de sala de aula surgiam com fervor. Bosi (1994) afirma que a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento, sendo assim, é natural que aflorem com maior facilidade as recordações mais intensas.

Bosi (1994) destaca também que o ato de lembrar se consolida de forma distinta nos diferentes momentos da vida. A memória dos velhos, caso das entrevistadas nesta pesquisa, é diferente da memória dos jovens, adultos ou crianças. A autora, ao tratar da memória de velhos, afirma que velho é aquele que já viveu a sua vida. Que lembra o passado de forma tranqüila, serena, sem pressa, pois está rememorando. Difere de um adulto ativo que não tem tempo para lembrar.

A situação do velho, do homem que já viveu a sua vida. Ao lembrar o passado ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma de sua vida. (BOSI, 1994, p. 63)

O passado sofre ao ser remanejado pelas idéias e pelos ideais do presente no tempo vivido. Ao tratar dos depoimentos de velhos é necessário ter a consciência que estes estão duplamente comprometidos. A distância temporal entre o tempo vivido e o tempo presente é significativa, o que acarreta em maiores alternâncias no modo de vida e nos valores sociais e culturais.

Nos depoimentos coletados, pode-se notar, em vários momentos, a comparação entre o tempo presente e o tempo vivido. A dona Irma, uma das depoentes da pesquisa, faz a seguinte afirmação: “eu acho que os pais, os alunos valorizavam muito o professor! Hoje eles não valorizam.”

A disciplina, em 1939, era peculiar daquela época e, se comparada com o tempo presente, é muito diferente. Na fala da professora, essa diferença aparece como característica negativa, inclusive ela sugere uma crítica: “Hoje eles não

valorizam”, ao fazer referência à disciplina. A crítica expressada pela Dona Irma é um exemplo da ressignificação do passado feita pelo presente.

O passado é ressignificado de acordo com as idéias, valores, princípios e concepções do tempo presente, embora saibamos que cada época possui a sua forma de perceber o mundo. No caso desta entrevista, o depoente reconstrói o seu passado mediado pelas vivências do presente, ou seja, é a “falta de respeito” no presente que estimula a valorização da disciplina no passado. É comum, nesses casos, também omitir situações que não seriam aceitas na atualidade.

As entrevistas dão-nos pistas sobre o período e o objeto pesquisado, devem ser cruzadas com outras fontes, buscando constituir uma análise dialética da questão estudada. Alberti (2004, p.78) destaca o papel das entrevistas da seguinte forma:

Convém lembrar que as entrevistas, como toda a fonte histórica, são pistas para se conhecer o passado. No caso da história oral (como em muitos outros), as pistas são relatos do passado, surgidos a posteriori, portanto. O passado existiu independente dessas pistas, mas hoje só pode existir por causa delas e de outras.

A história oral possibilita a interação entre o pesquisador e o entrevistado, permite retomar e questionar momentos vividos de forma simultânea. Todavia, é fundamental que o pesquisador tenha sensibilidade e agilidade para conduzir a entrevista de forma séria, madura, responsável e com bom senso; caso contrário, corre-se o risco de coletar um depoimento que não contribua com o foco do trabalho.

Alberti (2005) utiliza a expressão “história dentro da história” para caracterizar a capacidade que a entrevista possui de interrogar o passado e, por vezes, contradizê-lo.

Buscando dimensionar a valorização da profissão docente no período em que as professoras entrevistadas iniciaram a lecionar, realizava questionamentos neste

sentido: Quanto a Senhora recebia na década de trinta? O que a senhora conseguia comprar? Os professores eram valorizados nas décadas de 1930 e 1940? Quem valorizava?

Uma das entrevistadas afirma que “nós éramos muito valorizadas” e buscando exemplificar o quanto as professoras eram valorizadas socialmente, faz comparações entre o professor e as pessoas ilustres da cidade de interior em que lecionou, afirma que o professor era tão valorizado quanto o prefeito, o padre e a primeira dama, para dar alguns exemplos.

De acordo com Alberti (2005, p.170-171), “um acontecimento vivido pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado”. Sendo assim, cabe ao pesquisador buscar instrumentos que subsidie, organize e possibilite a interpretação das narrativas registradas.

Ao serem questionadas sobre valorização social, as professoras entrevistadas apresentam uma representação social positiva do ser professor no período em questão.

“Era muito valorizado! Nós trabalhávamos no interior de Arroio Grande, mas muito tempo estivemos na cidade. Quando ficávamos na sede era assim... o prefeito com a esposa, o médico do centro de saúde, uma educadora sanitária e as professoras. Nós éramos as autoridades da época, todas as festas, todas as solenidades cívicas, tudo que houvesse naquela cidade, éramos sempre convidados e tratados com muito carinho e muita amizade, éramos muito valorizados. Isso em 1943.” (Vanisa Esteves)

“Mas em tudo, mas em tudo! pelos pais dos alunos, pelos alunos... uma professora entrava na sala de aula, os alunos todos se levantavam. Respeitavam os professores, hoje não respeitam coisa nenhuma, hoje eu não poderia ser professora porque eu sempre fui muito calma.” (Elza Nunes)

“Era, era muito respeitada. Lá no interior, que a professora era respeitada mesmo. Como se fosse uma autoridade.” (Irma Bicca)

A Senhora Vanisa Esteves, buscando exemplificar a sua afirmação positiva sobre a valorização da profissão, relata que “para obter crédito nas lojas locais bastava declarar-se como professora”.



Tais depoimentos fazem crer que a profissão docente, nas décadas de 1930 e 1940, obtinha um reconhecimento social na cidade de Pelotas; fazer parte do magistério local era algo que imprimia valor social ao sujeito.

Ao serem questionadas sobre a valorização econômica, as professoras entrevistadas afirmam que ganhavam o suficiente. Porém não foi possível dimensionar quantitativamente o que significava esse “suficiente”. É fundamental destacar que as necessidades dessas professoras fazem parte da sua época e não podem ser comparadas ou dimensionadas a partir das necessidades atuais, conforme nos mostra a afirmação abaixo:

digamos assim a maioria das pessoas que eram casadas e os maridos ganhavam bem, então tinham um carro, tinham de tudo, mas pelo marido, não por elas. O dinheiro delas era mais para elas, digamos assim, era para as coisas pessoais. (Irma Stephan Bicca)

Os questionamentos realizados sobre remuneração receberam respostas evasivas e a tentativa de relacioná-los com questões do cotidiano, tais como o que era possível adquirir com esses valores, também foi uma tarefa difícil, pois as respostas não indicavam claramente as relações entre renda e consumo:

Eu tenho essa idéia porque quando eu fui estudar em Porto Alegre nós paramos num pensionato, uma senhora que cuidava moças, então ela cobrava exatamente a metade do ordenado e com a metade do ordenado nós nos mantínhamos perfeitamente na capital.” (Vanisa Esteves)

Outra entrevistada, professora Elza Nunes, ao ser questionada sobre a possibilidade de sustentar uma casa com o salário de professora, na década de quarenta, responde da seguinte forma: “Isso eu não sei porque o meu marido é que sustentava a casa. [...] naquela época ninguém se queixava, pois a vida era outra. Hoje é uma loucura.”

A afirmativa acima nos remete à seguinte reflexão: quais eram as necessidades que deveriam ser subsidiadas pelo salário de professoras no período? O salário da professora era compreendido como uma complementação da renda familiar?

Os baixos salários não caracterizam somente os tempos atuais, os periódicos analisados indicam, como será mostrado adiante, que os professores no período estudado ganhavam pouco, passaram vários anos sem reajustes e o valor da remuneração mostrava-se insuficiente.

Fischer (2005), ao analisar o magistério no Rio Grande do Sul, afirma “que cada época propõe a sua maneira de viver, de sonhar, de problematizar aquilo que constitui como seus problemas”. Talvez a remuneração no período não fosse um problema para o magistério com a mesma relevância atual.

Como afirmou Dona Elza Nunes “a vida era outra”. Eram outros tempos e outras necessidades.

## **1.2 Resignificados a partir da escuta**

Para compreender as respostas que obtive nas cinco primeiras entrevistas, busquei o conceito de representação social. Representação é uma categoria contemporânea que tem sido utilizada nas diversas áreas do conhecimento. Surge como “representação social” na Sociologia<sup>1</sup>, com autores clássicos como Durkheim, Marx e Weber, que serviram de base para estudos posteriores.

Neste trabalho, representação é compreendida como uma construção social e cultural que atende a interesses específicos. De acordo com Chartier (1990), as representações são “práticas culturais” que estabelecem formas de pensar e agir.

---

<sup>1</sup> Minayo (1998: 90) afirma que “do ponto de vista sociológico, Durkheim é o autor que primeiro trabalha explicitamente o conceito de representações sociais”.

Através das representações explicitadas de forma individual nas entrevistas é possível indicar representações coletivas sobre determinado período ou situação. Chartier (2006, p. 39) afirma que “as representações coletivas, definidas à maneira da sociologia durkheimiana, incorporam nos indivíduos, sob a forma de esquemas de classificação e juízo, as próprias divisões do mundo social”.

Guareschi (2000, p.69-70), ao trabalhar com a teoria das representações sociais, faz a seguinte ponderação:

a questão central que a teoria das representações sociais quer responder é: por que realmente as pessoas fazem o que fazem? Por que as pessoas compram, votam, se reúnem? Por que as pessoas desempenham tais ou tais ações, em vez de outras? Essa teoria argumenta que por detrás dessas ações, e fundamentando as razões por que as pessoas fazem o que fazem, está uma representação de mundo que, não é apenas algo racional, cognitivo, mas que é muito mais do que isso: um conjunto amplo de significados criados e partilhados socialmente.

Num dos depoimentos coletados para este trabalho, a depoente afirma que “nós éramos as autoridades da época”<sup>2</sup>, ao fazer referência a si mesma e à profissão. Esta afirmação indica uma representação social da profissão docente no período.

Minayo (1998, p.109) afirma que as representações sociais estão permeadas de relações de dominação e submissão que estabelecem uma construção social de acordo com os interesses do Estado:

algumas representações sociais são mais abrangentes em termos de sociedade como um todo e revelam a visão de mundo de determinada época. São as concepções das classes dominantes dentro da história de uma sociedade. Mas essas mesmas idéias abrangentes possuem elementos de passado na sua conformação e projetam o futuro em termos de reprodução da dominação. As representações não são necessariamente conscientes.

Entendendo que as representações não são necessariamente conscientes e que se constituem de modos diferentes em momentos diferentes, enfatizo que a representação social positiva da profissão apresentada pelas professoras está

---

<sup>2</sup> Depoimento da professora Vanisa Esteves, uma das entrevistadas neste trabalho.

relacionada com outras questões, como por exemplo, o fato de o magistério ser possibilidade de profissionalização para a mulher. Esta situação pode camuflar o processo de desvalorização<sup>3</sup> do professorado.

Na década 1930, o comprometimento prioritário das mulheres era com as tarefas 'do lar'. A possibilidade de profissionalização foi aceita socialmente, sob as condições de o fazer profissional apresentar similitudes ao 'fazer do lar' e não comprometer os afazeres domésticos. Nessa concessão, o magistério atende às duas reivindicações e é aceito como profissão para as mulheres.

Por outro lado, para as mulheres, a possibilidade de um espaço de trabalho que valorizasse o saber intelectual, propusesse formação profissional e uma remuneração econômica era algo além daquilo que ela tinha até então. Almeida (2006, p. 81-82) afirma que:

para as professoras primárias da primeira metade do século XX, o magistério foi o ponto de partida, foi o possível no momento histórico em que viveram. Significou o trânsito do invisível para a visibilidade e a realização de algo que não fosse o único e prestigiado serviço doméstico, como reduto privilegiado da feminilidade. O magistério era o trabalho intelectual e assalariado sem conotação pejorativa; tinha o poder de conceder uma palavra mais abalizada num meio ignorante; conferia mobilidade social, maior liberdade e respeito entre as classes trabalhadoras e possibilitava bem-estar econômico. Isso era muito mais do que tinham tido até então.

A valorização social percebida nos depoimentos das professoras está atrelada a uma série de variáveis, dentre elas: o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a satisfação em desempenhar uma função assalariada, o estímulo do Estado, o status social, a autonomia, o aumento da rede de ensino, a valorização do ensino formal, dentre outras.

---

<sup>3</sup> Desvalorização é um termo usual que caracteriza, no que se refere ao magistério, a perda de prestígio social e econômico da profissão docente. O conceito de desvalorização e suas possíveis causas serão desenvolvidos no capítulo "Apontamentos sobre a consolidação da profissão docente."

Cabe ainda destacar que em muitos momentos da história brasileira se pode perceber um empenho na construção de memórias oficiais sobre determinados períodos e fatos históricos. É importante perceber que as armadilhas que estimulam a consolidação de uma memória oficial estão comumente atreladas a interesses específicos e precisamos estar atentos para essas questões.

No que se refere à profissão docente é comum ouvir falar de “tempos gloriosos na educação”. Mas que tempos foram esses? Quando o professor foi bem remunerado? Um dos estímulos para desenvolver este trabalho foi buscar respostas a estes questionamentos e hoje percebo que “esses tempos” estão consolidados na memória oficial do magistério e não são de tão fácil identificação como possa parecer .

Delgado (2006, p.17) afirma que quando se trabalha com memória é possível verificar-se que idéias de senso comum ganham espaço na memória coletiva de grupos sociais.

É muito comum escutar pessoas referindo-se à saudade de um tempo no qual ainda nem viviam, mas que nos registros legados de geração para geração lhes foi apresentado como uma boa época, como um tempo de esperanças. Trata-se de imagens disseminadas e registradas pelo senso comum, por livros, por amigos, por familiares e, também, muitas vezes, pela própria história institucional.

Silva (2001, p.33) afirma que os “sistemas de representação são construções sociais e discursivas parciais e particulares dos grupos que estão em posição de dirigir o processo de representação”. Sendo assim, podem ser utilizados de forma diversa, de acordo com a necessidade do grupo dominante.

### **1.3 Os limites e as potencialidades da História Oral**

Thompson (2002) e Delgado (2006) conceituam história oral como um procedimento metodológico que registra a narrativa, em que a principal fonte dos

depoimentos é a memória. Na memória estão colocadas questões individuais e coletivas que num depoimento expressam visões particulares de processos coletivos. De acordo com Delgado (2006, p.15):

a história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais.

A possibilidade de intervir junto à fonte é uma das características centrais da história oral. O momento de coleta possibilita ao pesquisador interagir com a fonte e questioná-la de forma direta. Alberti (2005, p. 165) faz a seguinte ponderação neste sentido:

uma das principais riquezas da história oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas. (...) entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas.”

No que se refere à preparação e à realização da entrevista, o pesquisador deve se preparar para a realização da entrevista, deve estabelecer um roteiro para guiar os seus questionamentos. As questões elaboradas devem estar de acordo com o interesse da sua pesquisa. É importante perceber que o roteiro não é algo estanque, bem pelo contrário, deve se adaptar ao desenvolvimento da entrevista.

Algumas vezes o roteiro estabelecido pelo pesquisador pode não ser o foco de interesse do entrevistado e nessa situação cabe ao pesquisador flexibilizar a sua entrevista e ouvir o depoente. Conforme Veiga (2007, p.107):

quando conduzimos uma entrevista, por mais que tenhamos um roteiro pré-elaborado, não podemos nos furtar a corresponder também às expectativas do entrevistado quando, por exemplo, ele desvia a resposta da pergunta ou do próprio tema, não deixa brechas de retorno imediato e demanda um acompanhamento de raciocínio.

Colocar-se na situação do entrevistado. Compreender que rever o passado é um desafio que se consolida de forma diferente na vida de cada um, é fundamental para compreender o envolvimento do sujeito e identificar a expectativa do mesmo sobre a temática proposta para a entrevista.

O pesquisador que utiliza como metodologia a História Oral precisa sensibilizar-se e explorar os silêncios: as perguntas não respondidas, os risos, os sorrisos, os gestos podem indicar situações conflituosas ou curiosas. Tais situações, se percebidas no fervor da entrevista, podem ser exploradas e potencializar o depoimento coletado. O pesquisador que não desenvolve esta escuta sensível, não explora o grande potencial da História Oral, que é a interação e, conseqüentemente, a reação da fonte.

A memória constitui-se no principal limite da história oral. Souza (2006, p.103) afirma que a memória está atrelada ao tempo e a importância dos acontecimentos vividos, não é cronológica, nem imparcial:

a memória é escrita num tempo, um tempo que permite deslocamentos sobre as experiências. Tempo e memória que possibilitam conexões com as lembranças e os esquecimentos de si, dos lugares, das pessoas, da família, da escola e das dimensões existenciais do sujeito narrador.

Embora a memória possua a capacidade de retomar o passado, ela o recria de acordo com a percepção dos acontecimentos vividos. Perrot (1998, p. 358), ao falar no limite do uso da memória, afirma que “não é forçosamente a verdade; ela também não é necessariamente a espontaneidade. A memória é sempre algo reconstruído. E reconstruído em função das experiências da pessoa que fala.”

A memória tem como matéria prima o passado, mas estabelece o controle do passado no presente. Pinto (1998), ao falar dos diferentes tempos da memória, afirma que a mesma pode ser um lugar de persistência, de continuidade, de

capacidade de viver o hoje inexistente. Projeção do passado no presente, ou vice-versa capacidade de bloquear um passado indesejado.

Bosi (1998, p. 54), ao tratar da memória, destaca que a evocação da mesma é variável de acordo com estímulo realizado. “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.”

A História Oral registra a narrativa que se constitui baseada na memória do depoente. O depoente, ao relatar uma situação individual, traduz a visão particular de acontecimentos coletivos. De acordo com Rousso (2006, p.94), a memória é coletiva, pois o sujeito sempre estará inserido em um contexto social e é a partir desse contexto que ele se coloca:

a memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, ‘coletiva’.

Minha intenção foi analisar os depoimentos das professoras tendo em vista o caráter coletivo no individual, uma vez que a memória coloca-se como uma construção social e coletiva. Está vinculada à aprendizagem do sujeito<sup>4</sup>, bem como às representações advindas dos diversos grupos sociais em que está inserido.

Montenegro (2007, p.30) afirma que os relatos orais são uma boa forma de compreender o passado e a forma como os grupos sociais se articulavam.

No que tange aos relatos orais de memória individual, o fato desta se apoiar na história possibilita que, ao estudá-la, se tenha também um conhecimento das formas de elaboração do passado de parcelas da população ou do grupo social em que o entrevistado se encontra inserido. Nesse aspecto, a diversidade das fontes – orais, escritas, iconográficas – amplia a possibilidade que enriquece o trabalho historiográfico.

---

<sup>4</sup> Sobre o assunto ver Souza (2006).



Lelis (2001, p.41), ao discorrer sobre o potencial das narrativas de professoras, para entender as representações construídas pela profissão, relata a sua experiência pessoal:

na opção pela abordagem biográfica, tinha uma convicção de que nenhuma (história de) vida é simplesmente uma trajetória isolada. Ao contrário, sempre se inscrite numa matriz, mais ou menos vasta e complexa de relações sociais que em larga medida a informam, da qual retira parte considerável da sua própria lógica e que, necessariamente, acaba também por refletir.

Embora a opção proposta para este trabalho não seja biográfica, é importante a citação acima, pois ilustra a idéia de que nenhum depoimento é isolado. As representações apresentadas pelas professoras indicam outras relações. Delgado (2006, p. 16) salienta que “no processar da memória estão presentes as dimensões do tempo individual (vida privada – roteiro biográfico) e do tempo coletivo (social, nacional, internacional).

Através da análise das entrevistas foi possível repensar o lugar da memória coletiva destas professoras no que se refere à profissão docente no contexto local. Arriscou-se também tecer algumas relações que buscam entender as representações explicitadas nos depoimentos.

De acordo com Certeau (2006, p.83), “um trabalho é ‘científico’ quando opera uma redistribuição do espaço e consiste, primordialmente, em se dar um lugar, pelo ‘estabelecimento das fontes’ – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras”.

#### 1.4 Ampliando as fontes e focando o objeto de estudo

Paralelamente às entrevistas, fui buscando compor aspectos do cenário local no que se referia à profissão docente e destacaram-se duas instituições associativas de professores com considerável importância na cidade: A Associação Sul Rio-Grandense de Professores e a Associação Católica de Professores e Cultura Social.

Estas duas Associações aparecem com destaque em jornais do período e ambas foram fundadas em datas próximas à década de 1930. Tornou-se impossível desenvolver um trabalho sobre valorização da profissão docente, sem considerar as duas instituições associativas. Optei então em reorganizar o foco proposto e considerar a ação destas instituições na valorização da profissão docente no contexto local.

A Associação Sul Rio-Grandense de Professores foi fundada em 1929, na cidade de Pelotas, e existe até os dias até hoje. A Associação pouco se envolvia em questões referentes à remuneração dos professores. Pode-se notar também nos registros dos livros de atas alguns trechos que se reportam a valores, porém com intenção de arrecadação para manter a entidade.

Em contrapartida, em todos os anos consta referência aos festejos do dia do professor. A Associação utiliza por diversas vezes os meios de comunicação (rádio e jornal) da cidade para homenagear os docentes pela passagem do seu dia. A ação da entidade também é observada na organização de outras atividades, como confraternizações e atividades de formação para os professores.

As informações sobre a Associação Católica de Professores e Cultura Social foram obtidas através da análise do jornal “A Palavra”; pode-se observar que ela inicia sua atuação em Pelotas na década de 1930, mais precisamente a partir do ano de 1933. Apresenta vínculo ideológico explícito com a Igreja Católica e objetiva

organizar os professores para viabilizar a ação organizada da Igreja na educação, principalmente na educação pública.

Embora a Associação Católica de Professores e Cultura Social já tenha sido citada em trabalhos acadêmicos é interessante notar que as principais fontes que indicam a sua existência são os periódicos, de forma particular o jornal “A Palavra”, e através deste é possível acompanhar minimamente o cotidiano da Associação. Muitos dos eventos organizados pela instituição aparecem no jornal, com convite e posterior relato do evento.

Ambas Associações apresentam importante atuação nas décadas de 1930 e 1940. Pode-se afirmar que a maioria dos professores reconhecidos da cidade estava vinculada a uma das Instituições. Dimensionar como estas Instituições se relacionam com a valorização da profissão docente no município passou a ser então um desafio para este trabalho.

Seguiu-se uma investigação minuciosa na busca de fontes que possibilitassem rever a história destas associações. Busquei analisar os documentos encontrados, de acordo Werle (2004, p. 16), como elementos pré-textuais, que indicam representações, simbolizações da instituição, articulações de poder, valores, práticas e propostas.

Sobre Associação Sul Rio-Grandense de Professores foi possível analisar uma quantidade maior de documentos, pois esta Instituição ainda conserva um acervo.

Dentre os documentos encontrados na Associação Sul Rio-Grandense de Professores foram selecionados para esta pesquisa os referentes às décadas de 1930 e 1940. São eles o livro de atas do conselho diretor (1929-1933), livro de atas da assembléia geral (1929-1936), livro das diretorias (1929-1981), livro de atas do

conselho diretor (1933-1937), livro de atas do conselho diretor e assembléia geral (1938-1942) e o Estatuto da Associação Sul Rio-Grandense de Professores (Pelotas, 1953).

Busquei, com a ampliação das fontes, cercar o meu objeto de estudo e visualizar a valorização da profissão docente sob outro ângulo. As duas Associações são parte significativa do contexto municipal e representam grupos diferentes que disputam inserção no campo educacional.

### **1.5 Os periódicos como fonte de pesquisa**

A busca de maiores informações sobre estas instituições direcionou a pesquisa para os jornais locais e, como já foi dito, somente dois circularam ininterruptamente no período em análise: ‘Diário Popular’ e ‘A Opinião Pública’.

O ‘Diário Popular’, até o início da década de 1930, auto denominava-se órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

O jornal ‘A Opinião Pública’ não estava oficialmente ligado a nenhum partido político, embora, segundo Oliveira (2005), em 1928, alguns de seus diretores fossem do PRR. A nota que se destacava, sempre na primeira página, era: “A Opinião Pública – jornal independente – órgão dos interesses gerais”

#### **Nós**

‘A Opinião Pública’ será a tribuna do povo de Pelotas .

Não temos princípios políticos e sim sociais.

Defendemos os interesses de todas as classes e, sobretudo, os daqueles que mais precisam do auxílio da imprensa, as classes populares.

Opinião pública não é a opinião isolada de um jornalista que se inculca intérprete da opinião geral, mas opinião pública é a opinião do mais humilde ao mais ilustre, que é sistematizada e exposta como individualidade [...] (A OPINIÃO PÚBLICA, 25/11/1929)

De acordo com Barreira (2004, p. 402), os periódicos são uma fonte em potencial que fornecem elementos substanciais, no que se refere ao contexto e às

disputas locais:

eleger periódicos como objeto de estudo permite que o historiador amplie suas fontes tradicionais e, assim, tenha acesso aos dispositivos discursivos que configuram determinados campos do saber. A análise desses materiais possibilita apreender como os indivíduos produzem seu mundo social e cultural – na intersecção das estratégias do impresso, que visa instaurar uma ordem desejada pela autoridade que o produziu ou permitiu sua publicação, com a apropriação feita pelos leitores: nesse espaço, percebemos as dependências que os unem e os conflitos que os separaram, detectamos suas alianças e enfrentamentos.

Tendo em vista que ambos os jornais são diários, o que implica em uma significativa quantidade de exemplares; que o local onde está guardado este acervo – a Bibliotheca Pública Pelotense – esteve fechado para reforma dez meses, durante o período de coleta da pesquisa; que o tempo para realização deste trabalho é limitado, optei por consultar o mês de outubro dos vinte anos pesquisados e fazer uma amostra com exemplares diários de ano inteiro para cada período de três anos.

O mês de outubro foi escolhido por dois motivos: primeiro, por ser o mês de maior ênfase das atividades de professores, em função das comemorações do dia 15 de outubro, Dia do Professor. Segundo, pelo fato de a Associação Sul Rio-Grandense ter sido fundada em outubro de 1929 e sempre realizava atividades, comemorando o aniversário da Instituição e o Dia do Professor.

Considerando que poderia haver um comprometimento e um vício de origem, pelo fato da coleta incluir somente o mês de outubro, devido aos festejos do Dia do Professor, o que poderia enviesar informações sobre a possibilidade de valorização do professor e, assim, acentuar um viés metodológico pelo fato de ser uma amostra intencional, foi redirecionada a pesquisa e realizada uma amostra aleatória contemplando exemplares diários.

A amostra coletou informações nas publicações de um ano dos jornais, a cada intervalo de três anos. A amostra buscou, assim, de forma aleatória, a atenção

dada aos professores em outros momentos do ano. Nesta perspectiva, foram contemplados os anos de 1929, 1933, 1937, 1941, 1945 e 1949, de ambos jornais.

Os dados sobre a Associação Católica de Professores e Cultura Social foram baseados nas informações obtidas no jornal “A Palavra”. Notas esporádicas foram também encontradas nos jornais ‘Diário Popular’ e ‘A Opinião Pública’.

Le Goff (1996) afirma que todo registro é fruto de um contexto e não é possível analisá-lo de forma isolada. Os registros citados acima compõem uma gama de documentos que são fontes para análise e estão imersos em uma realidade que precisa ser compreendida e relacionada para que se entenda a sua produção. Segundo o autor,

o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1996, p. 545)

A imprensa, como fonte de pesquisa, possibilita uma análise sócio-política do período. Através da imprensa percebe-se os conflitos e as disputas locais que, não perdendo de vista a conjuntura nacional, explicam as singularidades locais. Nóvoa (1997, p.11), ao discorrer sobre a utilização da imprensa como fonte, faz a seguinte afirmação:

a análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente. Trata-se, por isso, de um corpus essencial para a história da educação.

Embora a imprensa seja uma fonte em potencial para pesquisa, o seu manuseio e a análise do material publicado, por parte do pesquisador, são um desafio que exige domínio de contexto, domínio das condições histórico-sociais e

políticas em que foram produzidos os documentos; caso contrário, corre-se o risco de produzir uma descrição sem que o pesquisador tenha consciência dos conflitos ali explícitos. Bastos (2002, p.153), sobre os cuidados necessários no trato de impressos, diz que:

cabe ao pesquisador fazer uma desmontagem do texto – da imprensa – a fim de desvelar os significados, as contradições e as diferenças de forma e de conteúdo das falas que produz. Essa desmontagem significa análise do processo e das condições de sua produção/construção, a partir dos discursos disponíveis.

Com intenção de compreender o cenário nacional, traça-se a seguir um breve contexto histórico, social e político do Brasil no período proposto para a pesquisa.

## **2 – Um breve contexto histórico, social e político educacional do Brasil no período em análise**

Neste capítulo, o objetivo é fazer uma breve contextualização das décadas de 1930 e 1940, do século XX, período examinado por este estudo e no qual se percebe avanços no desenvolvimento industrial do país, com importantes transformações na sociedade e na educação brasileira.

Sodré (1982, p.309), ao tratar da formação histórica do Brasil, enfatiza a produção do café como base para o crescimento industrial. Segundo o autor, “O café ampliaria o mercado interno, promoveria o desenvolvimento ferroviário, alicerçaria a rede bancária e forneceria as bases para o crescimento industrial”. O centro e o sudeste do Brasil, representados pelas oligarquias rurais dos estados de Minas Gerais e São Paulo, eram os principais produtores e exportadores deste produto.

A queda da bolsa em 1929 provoca uma crise na exportação do café e, conseqüentemente, indica um enfraquecimento das oligarquias que até então eram o grupo majoritário no campo político e econômico.

De acordo com Pereira (1983, p.36), a crise no mercado internacional estimulou o desenvolvimento da economia com outro foco, pois “a decolagem da economia brasileira está no surgimento inesperado e paradoxal de uma imensa oportunidade de investimentos industriais devido à depressão mundial dos anos trinta”. A crise mundial provoca uma tensão na economia e, paralelamente a isso,



surgem novas possibilidades de produção e expansão industrial.

Em meados de 1930, observa-se uma consolidação do desenvolvimento industrial no país. A industrialização intensificou o surgimento de novos trabalhadores urbanos vinculados às indústrias, ao comércio, aos órgãos públicos, ao sistema financeiro e outros (Buffa,1979, p.84).

A chegada de imigrantes no país atendia à necessidade de mão-de-obra para as indústrias, porém evidenciava uma carência estrutural dos centros urbanos que estavam se constituindo no Brasil, em um processo crescente de urbanização e com um conseqüente aumento populacional em algumas cidades.

Com o crescimento da indústria e do operariado assalariado fica gradativamente mais explícita a organização deste segmento social através de sindicatos e/ou outras organizações de classe. Muitos imigrantes vinham para o Brasil em busca de novas possibilidades e acabavam por trabalhar nas indústrias, trazendo consigo idéias comunistas, socialistas e anarquistas. Nagle (1976, p.24) afirma que os imigrantes ocuparam papel relevante no campo social, tendo colaborado no processo de urbanização, industrialização e difusão de novas idéias no campo social:

a imigração foi elemento importante na alteração do mercado de trabalho e das relações trabalhistas, e representou nova modalidade da força de trabalho, qualitativamente diferente daquela formada nos quadros da produção escravagista. Este fato vai explicar o aparecimento de novos sentimentos, idéias e valores no processo de integração social.

Nesse contexto, os ideários socialistas e comunistas passaram a exercer maior influência no país, especialmente a partir de 1922, com a criação do partido comunista que reunia, sob influência da revolução socialista, ocorrida na Rússia, em 1917, reivindicações significativas para o povo brasileiro.

O desenvolvimento industrial e as transformações sociais ocorridas a partir daí denunciam a crise do modo de produção vigente. Tal modelo havia se tornado limitado diante da complexidade apresentada pela industrialização.

Sodré (1982, p.314) afirma que:

O declínio das oligarquias denunciava a presença de novas forças no cenário brasileiro. A estrutura econômica já não encontrava correspondência na estrutura política, inadequada, obsoleta, vivendo por inércia, rotinada em seus processos e tendo de valer-se agora de recursos diversos para assegurar a sua continuação.

No entanto, não há uma ruptura brusca entre a ordem político-econômica anterior, baseada no predomínio das oligarquias. Esta dá-se de forma gradativa e com características próprias, reestruturando-se a partir do modelo precedente. Brito (2003, p.132) diz que “não há ruptura com padrões anteriores de organização social, mas há conciliação entre interesses econômicos e políticos tradicionais e as novas forças econômicas”. A oligarquia não perde seu poder, mas busca formas de se readaptar. Fausto (2005) afirma que ocorre um “arranjo oligárquico”<sup>5</sup> por parte dos detentores de poder neste período.

Sob o pretexto de fraude nas eleições de 1929, que elegeram o paulista Júlio Prestes à presidência da república, iniciou-se o movimento de tomada de poder que levaria Getúlio Vargas à presidência. Neste período era comum a fraude nas eleições, o que fez a diferença neste caso foi conjuntura social, política e econômica e a vontade política do momento.

A célebre frase ‘Façamos a revolução antes que o povo faça’, proferida pelo governador de Minas Gerais, em 1930, é uma boa síntese da lógica que permeou esse período. Os trabalhadores organizados não participaram de forma efetiva e

---

<sup>5</sup> Fausto (2005, p. 22) defende a expressão “arranjo oligárquico” ao invés de fim do sistema oligárquico.

consciente das mudanças de 1930 e antes que alcançassem a organização necessária para fomentar uma real 'revolução', ela ocorreu.

De acordo com Sodré (1982, p.327), "A classe operária, que assistirá à revolução de 1930, da qual não participara, revelava-se ainda insuficiente organizada e débil quanto ao seu próprio papel" .

A representação política do país, que até então estava concentrada nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, toma novos rumos e, em 1930, o Rio Grande do Sul será representado na presidência da república por intermédio de Getúlio Vargas.

Embora a chegada de Vargas ao poder fosse algo "autorizado" pelos grupos que detinham o poder até então, foi a alternativa possível devido à relação de forças que estava estabelecida. Sendo assim, o Governo encontra resistência e cria estratégias para contorná-las. Pereira (1983, p.35) cita como fundamental o apoio das "novas classes" ao governo.

O governo que se instaurou a partir de 30 se identificava com os ideais da renovação da política e da economia brasileira. Enfrentou desde logo a oposição feroz da aristocracia e das classes médias tradicionais brasileiras, vendo-se assim obrigado a buscar apoio nas classes novas que emergiam, no proletariado urbano, a que atendeu com uma extensa legislação trabalhista, na nova classe média, a qual continuou a beneficiar com empregos públicos, e na classe emergente dos empresários industriais.

Dada a necessidade do governo de acumular força, este busca apoio político, social e econômico em diversos setores. O governo Vargas consolidou-se com características populistas e conseguiu, através da troca de benefícios, desconstituir muitas das iniciativas de oposição.

Fausto (2005) demonstra que as relações entre Estado e sociedade, assim como a natureza do Estado, gradativamente, no pós-30, passa por reformulações. O que não quer dizer "a existência de um Estado forte nascido por inteiro no imediato

pós-30”, bem ao contrário, é

provável que por sua experiência anterior, Getúlio e seus assessores estivessem mais predispostos do que qualquer outro grupo dirigente a buscar soluções adequadas, naqueles anos de crise. Seja como for, o quadro de descontrole interno, potenciado pela tempestade mundial, forçou a tomada de decisões como o controle do câmbio, destruição de estoques de café etc., incentivando um processo de centralização e concentração de poder. (FAUSTO, 2005, p.23)

A queima do café foi uma alternativa encontrada pelo governo que buscava equilibrar o preço do produto no mercado internacional. Foi uma medida radical que ocupou os meios de comunicação na década de 1930. Veja a nota abaixo publicada em um jornal pelotense sobre o assunto:

#### **Queima café**

Na pretensa defesa do principal elemento de exportação, o governo vem mantendo, há tempos, a política de equilíbrio estatístico da produção, melhoria de qualidade e propaganda para expansão comercial, obrigando, desta forma, o convênio dos Estados produtores de café, reunido em julho de 1935, a seguir, neste particular, aquela orientação cujas resoluções foram então aprovadas pelo legislativo. (DIÁRIO POPULAR, 19/06/1937)

O governo assumiu posturas rígidas sob a justificativa do desenvolvimento, afirmando a necessidade de constituir uma nação e estabelecendo estratégias para alcançar seu objetivo. Centralização de poder, exaltação da pátria e da nação, estímulo aos símbolos pátrios, repressão, imposição cultural, políticas públicas unificadas e troca de benefícios são exemplos deste período.

Nos centros urbanos as idéias comunistas ganhavam espaço, pois a base do seu debate compunha-se das necessidades e reivindicações das camadas populares, como condições de trabalho, moradia, saúde e educação. O governo e sua base de apoiadores para se manter no poder político necessitava acalmar e acomodar tal movimento e busca parceria para fazê-lo através da Igreja Católica.

A Igreja Católica, por sua vez, trabalha esse momento de instabilidade política visando ganhar espaço na sociedade. A prática do catolicismo estava em baixa no país e muitos indivíduos não apresentavam uma vida sacramental ativa.

Buffa (1979, p. 101) analisa o enfraquecimento da Igreja nos tempos modernos e afirma que esta assume uma ideologia vinculada ao Estado como forma de se manter como 'classe dominante':

a partir do início dos tempos modernos, a Igreja vai perdendo a posição dominante que ocupara na sociedade medieval, posição essa que incluía o poder espiritual e o poder temporal.

A nova sociedade que então se inaugura confia cada vez mais no homem, na razão, no mundo terreno. Com a laicização da vida, da cultura e da educação, o poder temporal vai sucessivamente escapando das mãos da Igreja.

Nas condições históricas de desenvolvimento da civilização ocidental, através do sistema socioeconômico capitalista, a Igreja não se configura propriamente como classe dominante, uma vez que ela não é detentora dos meios de produção. Entretanto, se coloca a serviço da classe dominante, enquanto um aparelho Ideológico do Estado.

No que se refere à educação, em 1924, foi fundada no Rio de Janeiro a ABE, Associação Brasileira de Educação, que estava vinculada ao que Nagle (2001) denominou de "entusiasmo pela educação", ou seja, a convicção de que através da educação pode-se levar uma nação ao progresso estava na base desta definição.

A ABE foi criada a partir de um grupo de intelectuais que se preocupavam em pensar a Educação, estimulavam campanhas contra o analfabetismo, em prol da educação pública, estimulavam a formação para professores, políticas para educação e a consolidação do direito da educação para todos.

A ABE, objetivando tornar mais eficaz sua atuação, buscou formas de descentralização e foram criadas secções da mesma em todo o país. Assim, logo após sua fundação, pode se notar a criação de secções da ABE em todo o Brasil.

No Jornal "A Palavra" foi observada uma nota que divulga os objetivos da Instituição para a comunidade local.

### **Associação Brasileira de Educação**

Os objetivos da conhecida corporação

Chegaram a Porto Alegre os Drs. Vicente [...] e Ignácio do Amaral, professores da escola politécnica do Rio de Janeiro em propaganda da Associação Brasileira de Educação. [...] Os principais objetivos da Associação, sem prejuízos de querer que outras realizações lhe pareçam oportunas, são os seguintes:

Organizar as estatísticas da instrução pública; publicar revistas, boletins, relatórios e periódicos sobre questões de educação e instrução; manter nas escolas conferências pedagógicas e cursos; promover e premiar a elaboração e a publicação de bons livros didáticos; promover congressos de educação regional e nacional; promover a representação do Brasil em congressos de educação no exterior; organizar em arquivo a legislação nacional e estrangeira sobre ensino e questões correlatas; facilitar a seus sócios a aquisição de livros e material escolar; cooperar em todas as obras de educação física, moral e cívica; facilitar o desenvolvimento do cinema educativo, de bibliotecas infantis; auxiliar a intercorrespondência escolar nacional e estrangeira; organizar obras mútuas entre professores e alunos; auxiliar nos problemas da infância abandonada; estimular a educação popular. (A PALAVRA, 09/03/1929)

O movimento renovador liderado pela ABE apresentava uma certa confusão no campo teórico, conseqüência dos diversos grupos que participavam das Conferências Nacionais de Educação. Carvalho (1998, p. 31) afirma que o projeto social sediado na ABE era de um nacionalismo militante que identificava a educação como instrumento principal e que iria servir como recurso de moldagem do “povo”.

a ABE teria sido um dos instrumentos mais eficazes de difusão do pensamento pedagógico europeu e norte americano, e um dos mais importantes, se não o maior centro de coordenação e de debates para o estudo e solução de problemas educacionais, ventilados por todas as formas, em inquéritos, em comunicados à imprensa, em cursos de férias e nos congressos que promoveu nas capitais do Estado.

A criação da ABE é uma demonstração de que a educação fazia parte do debate nacional e, logo em seguida, ganharia visualização através da polarização entre os representantes do movimento da Escola Nova e da Igreja Católica.

De acordo com Amaral (2003, p.88), “O manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, levado a público em 1932, explicitava a polêmica entre os reformadores e católicos:

os líderes do movimento renovador resolveram levar a público, em 1932, o ‘Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova’, onde ficava definida a

ideologia e os princípios dos reformadores. Tal documento suscitou debates e polêmicas entre os reformadores e os defensores dos interesses católicos junto à educação, refletindo-se, sobretudo, na elaboração das constituições de 1934 e 1937, e nas discussões no campo educacional brasileiro até 1960.

O movimento da Escola Nova defendia a escola pública, universal, laica e gratuita. Tais princípios reivindicados pelos escolanovistas opunham-se aos interesses da Igreja Católica, o que transformava a divergência entre ambos em algo inevitável.

As idéias escolanovistas reivindicavam um ensino laico, desvinculado de qualquer credo religioso. Eis um espaço de importante atuação da Igreja e que foi disputado com muito fervor. No Brasil republicano, o ensino religioso havia sido constitucionalmente abolido dos espaços educacionais, mas foram organizadas várias campanhas pela Igreja Católica objetivando a retomada do mesmo na grade curricular.

No jornal “A Palavra” percebe-se várias notas que defendem o ensino religioso nas escolas. As justificativas são diversas, mas nos interessa aqui explicitar que a Igreja estava interessada em disputar ferrenhamente sua inserção nas instituições educativas. Constrói a idéia de que a educação baseada nos princípios do catolicismo é a única viável para os católicos.

#### **Educação**

Um dos assuntos que muito deve interessar aos pais, é sem dúvida alguma a educação dos filhos, e isso é um problema de não fácil solução por parte de todos aqueles que o encaram devidamente.

Existem vários métodos de instrução: leiga, atéia, etc. Aponto como única e verdadeira a que é ministrada sob a base de nossa santa religião e que portanto está apta para formar os homens do amanhã. (A PALAVRA, 01/03/1930)

Percebe-se uma série de iniciativas que objetivam orientar a postura dos católicos, sendo estas relacionadas com as políticas adotadas no país. Tambara (1995, p. 422) mostra que muitas medidas foram adotadas pela Igreja buscando

firmar sua ação de forma organizada.

uma das estratégias que, reiteradamente, aparece no seio da comunidade católica, particularmente entre a hierarquia e as elites intelectuais, é a de plasmar sua supremacia ideológica em termos de uma hegemonia política; isso implicou a criação de uma agremiação política que congregasse os católicos e que consolidasse, em termos político—administrativos, a ideologia que, segundo seus defensores, era a da maioria absoluta da população.

O ‘programa do eleitor católico’, publicado em 1932, é conseqüência desta organização e orienta sobre a postura que deve ser adotada por um católico e quais itens devem ser considerados nos momentos de escolha de sua representatividade.

#### **Programa do eleitor católico**

- 1- Ser eleitor independente, ou filiar-se a um partido que, além de outros objetivos patrióticos, pleiteie:
  - 1° Deus na constituição e um dia oficial de ação de graças;
  - 2° Ensino facultativo de religião nas escolas;
  - 3° Repulsa ao divórcio;
  - 4° Registro do casamento religioso para efeitos civis;
  - 5° Descanso dominical;
  - 6° Honestidade administrativa;
  - 7° Unidade do Brasil e distribuição eqüitativa das rendas Federais, em benefício dos diversos Estados;
  - 8° Desdobramento e coordenação das vias de penetração, convergindo para uma via de ligação interna entre o norte e o sul do Brasil;
  - 9° Proteção às classes agrícolas e operárias;
  - 10° Fomento à produção e à exportação: e repressão do protecionismo exagerado;
  - 11° Completa isenção de impostos para os gêneros de primeira necessidade.
- 2- Formar juntas paroquiais consultivas, para orientação da consciência eleitoral católica, e seleção de candidatos.
- 3- Em qualquer hipótese, negar sempre seu voto a um candidato ímpio ou desonesto ou absorvente.

Nota: pede-se a todos os jornais católicos transcreverem este programa.  
(A PALAVRA, 10/04/1932)

A nota transposta acima aparece em várias edições do periódico ‘A palavra’, em alguns momentos junto dela aparece um apelo aos católicos para divulgarem a orientação em seus espaços de atuação: associações, escolas e grupos de forma geral.



De todos os itens citados no programa do eleitor, percebe-se que a ênfase neste período está voltada para a garantia do ensino de religião facultativo nas escolas. Tambara (1995, p. 422) afirma que esta preocupação por parte da Igreja surgiu a partir de 1890.

nos manifestos e programas dos partidos de orientação católica, a questão do ensino sempre se fez presente, mas foi a partir de 1890 que esta questão manifestou-se com maior intensidade. Mesmo porque, até então, a questão da educação não era uma preocupação que merecesse atenção da Igreja. No sistema de padroado, direta ou indiretamente, a Igreja detinha o controle ideológico do sistema escolar.

Nesse contexto de efervescência, a Igreja Católica reivindica espaço na educação e o governo responde de forma positiva. Promulga o decreto que torna facultativo o ensino religioso nas escolas públicas, importante reivindicação da Igreja desde a Proclamação da República. Convém destacar que desde a Constituição de 1891, no início do período republicano, o ensino religioso havia sido abolido das escolas públicas.

A Igreja atua com apoio do Estado e intervém diretamente na educação. A atuação da Igreja pode ser notada na criação de instituições filantrópicas, como creches e outros espaços educacionais, que recebiam auxílio financeiro dos órgãos federais e propagavam, além do catolicismo, as políticas do Estado. Assim, como destaca Buffa (1979, p. 101), “colocando-se a serviço da classe dominante, a Igreja contribui para a manutenção do status quo”.

O apoio da Igreja ao Estado pressupõe a troca de alguns compromissos, principalmente aqueles referentes à luta anticomunista. Tambara (1993, p.63) demonstra que a Igreja e o Estado estabelecem uma relação de interdependência:

note-se que, na prática, ocorre uma interdependência, isto é, da mesma forma que a Igreja necessitava do governo para implementar seus programas de assistência à classe trabalhadora, o governo necessitava da Igreja para legitimar suas medidas e/ou para manter sob controle a massa de operários.

Entre os operários estava colocado o principal foco de organização popular. O Estado, por sua vez, necessitava acalmar essas manifestações. Eis aí um importante espaço com o qual a Igreja contribuía, através de impressos, associações, espaços como pastorais, fomento aos círculos operários<sup>6</sup>, instituições educacionais, e outros.

#### **Educação e comunismo**

O comunismo é essencialmente perverso à educação da criança e malévolos à formação do homem por ser anti-religioso, admitir o monopólio estatal e subverter os meios educacionais.

É anti-religioso

[...]

Ora o comunismo pretende em sua utopia alcançar nesta terra um paraíso material com a redenção do proletariado. Transforma, desse modo, o fim último do homem que é Deus e a bem aventurança eterna em uma mera ilusão terrena. (A PALAVRA, 07/12/1945)

Na década de 1930, como já foi dito, o Estado adotou uma política de concessão de benefícios sociais, passando, assim, a assumir o discurso reivindicatório das camadas populares, aniquilando muitos dos movimentos que haviam surgido na década anterior. Nesse sentido, Tambara (1993, p. 70) mostra que “a ideologia da outorga somente obtém sucesso devido ao caráter de legitimação que vários segmentos da sociedade deram a estas conquistas como atitudes e comportamentos que atestam a boa vontade do governo com os menos favorecidos.”

O governo foi hábil em conceder benefícios sociais aos trabalhadores, como salário mínimo, férias, licença gestante e outros, que desmobilizavam as organizações de classe (sindicatos). As políticas trabalhistas implementadas pautavam-se pela cooptação dos trabalhadores em prol do governo.

---

<sup>6</sup> Sobre Círculos Operários ver Tambara (1993) e Barreto (1996).

Na educação implementa-se uma política voltada para a legitimação e a sustentação do Estado e, concomitantemente, criam-se vários mecanismos de controle da execução dessa política. A criação e a regulamentação de órgãos que “acompanhariam” a educação são um exemplo de como eram legitimados na sociedade os órgãos fiscalizadores.

A maioria das políticas mantinha uma estrutura de acompanhamento das mesmas, através de federações e conselhos. Note-se que muitos órgãos colegiados de educação em nível nacional são criados neste período, início da década de 1930, pois há uma preocupação com a centralidade e o acompanhamento das políticas implementadas no país. O Conselho Nacional de Educação é criado em 1931, o Plano Nacional de Educação em 1937, o Instituto Nacional de Pedagogia em 1938 (INEP)<sup>7</sup> e, paralelamente, ocorre a motivação para criação de leis orgânicas; estas são algumas das iniciativas que exemplificam a reestruturação educacional motivada pelo Estado.

No processo de consolidação de um sistema de ensino houve algumas polarizações entre governo e escolanovistas, mas na sua maioria foram contidas, pois muitos dos quadros desse movimento haviam sido cooptados para trabalhar no governo como, por exemplo, Lourenço Filho, que era uma referência do movimento escolanovista e ocupou diversos cargos no governo Vargas.

Na ‘Era Vargas’ o foco do discurso foi o nacionalismo com objetivo de construir uma identidade nacional que era buscada desde a chamada República Velha (1889-1930). Quando se fala em nacionalização, obrigatoriamente fala-se em educação, pois este governo entendia que a base para criação de uma

---

<sup>7</sup> Embora o INEP não tivesse caráter normativo e político-administrativo, sua criação indica uma preocupação do Estado com a Educação. O INEP foi criado em janeiro de 1937 como Instituto Nacional de Pedagogia. Em 1938, começou a funcionar de fato, tendo sua denominação modificada para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, sob direção de Lourenço Filho. Hoje o INEP chama-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

nacionalidade comum era a educação.

A padronização no oferecimento da educação era extremamente necessária para disseminar os ideais que interessavam à política do Estado. Hilsdorf (2003, p.99) sintetiza a idéia de educação neste período da seguinte forma:

evidentemente o novo Estado necessitava que a educação escolar concorresse para promover esses valores atribuídos à família, à religião, à pátria e ao trabalho – que já circulavam desde os anos 20 – para serem aceitos nacionalmente, por toda a sociedade, como base de uma nação moderna. A questão que se coloca é que, servindo à nação, a educação servia ao Estado, instituidor da nação. Assim as linhas ideológicas que definem a política educacional do período vão se orientando pelas matrizes instituintes do Estado Novo: centralização, autoritarismo, nacionalização e modernização.

O sentimento de nacionalidade tão instigado no período buscava construir a idéia de uma nação comum a todos aqueles que aqui viviam. O Brasil é um país eclético na sua constituição, o que resulta em várias nações num mesmo território. A nacionalidade brasileira precisou ser construída e, ao invés de potencializar as diversas culturas, o Estado vigente optou por reprimi-las e oficializou a nação comum a todos.

A proibição de escolas imigrantes é um exemplo da lógica acima referida. Segundo Quadros (2006, p.54-57), tratava-se de homogeneizar a população para afastar o risco de impedimento do projeto de identidade nacional.

O discurso da nacionalização do ensino foi formulado, principalmente, a partir do perigo que a ação política dos estrangeiros, junto às escolas, representava para a formação de um espírito nacional, informado pela unidade e pela homogeneidade, e pelo projeto nacionalista do Estado Novo que propunha a uniformização, a padronização cultural e a supressão de formas de organização autônoma da sociedade.

Nas escolas deviam ser desenvolvidos conhecimentos mínimos, com destaque para aqueles que servissem de fomento à nacionalidade brasileira; a Língua Portuguesa era o idioma oficial e de domínio obrigatório. O uso de outros

idiomas como forma de comunicação no ambiente escolar era proibido. Veja abaixo uma nota publicada no período, tratando da oficialização da língua portuguesa em escolas estrangeiras.

#### **A imigração alemã no Brasil**

Entra em vigor, nesta data, a lei que determina que sejam escritos em língua nacional, no Brasil, os órgãos de publicidade das colônias estrangeiras. É uma medida que não se discute. Cumpre-se! Aliás pelo que sei, nenhuma colônia se insurgiu contra a medida, que é uma emancipação da própria soberania brasileira. O estrangeiro, como hóspede, deve acatar a decisão do país que o agasalha. Entre os meus amigos da colônia alemã sobretudo em São Paulo, não vejo ressentimentos, todos acham a medida natural. (A Opinião Pública, 12/09/1941)

De forma geral, pode-se afirmar que a educação passou primeiramente de 1930 a 1937 por um momento de organização interna, sob influência da Escola Nova. Pós-1937, quando foi instalado o Estado Novo ou a ditadura de Vargas, a educação se consolida de forma prática como foco de atuação do governo. Horta (1994, p.170) afirma que “desde o início do Estado Novo, a decisão de utilizar a escola como aparelho ideológico a serviço do Estado aparece claramente nos discursos e entrevistas presidenciais”.

Na proclamação ao Povo Brasileiro<sup>8</sup>, divulgada no momento da instauração do Estado Novo, Getúlio Vargas promete realizar uma série de reformas, inclusive no campo educacional. A partir de então, torna-se pública a intervenção explícita do governo na educação.

No sentido de periodizar a intervenção ideológica predominante no campo educacional, Horta (1994, p. 291) faz a seguinte afirmativa.

ao lado de uma concepção liberal de educação que, ainda forte nos primeiros anos da década de 30, começará a desaparecer a partir de 1935, quando seus defensores ou se deixam cooptar pelo regime autoritário ou são afastados, já encontramos uma tendência elitista e autoritária, que se acentuará a partir de 1930, para concretizar-se na constituição de 1937 e na Reforma Capanema, em 1942.

---

<sup>8</sup> Documento citado em Horta (1994).

Em 1942, é implementada pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a “Reforma Capanema”. A Reforma constituía-se de uma série de decretos que regulavam e ordenavam o ensino primário, secundário, agrícola, comercial, industrial e normal.

A disciplina era importante para a lógica de desenvolvimento do período ditatorial. “Disciplinar a mente e o corpo” era uma expressão bastante usual. Sabe-se que num modelo repressivo a disciplina é fundamental.

Sobre a padronização da postura física no ambiente escolar, proposta pela Reforma Capanema, Hilsdorf (2003, p. 102) faz a seguinte afirmação:

“dentro da escola, as ‘leis orgânicas’ procuraram regulamentar o cotidiano de professores e alunos: são visíveis no período do Estado Novo as prescrições de padronização da programação curricular e da arquitetura escolar, do controle do recreio e da disciplina, da adoção das classes homogêneas e do método único de leitura (analítico-global), do uso do uniforme, da verificação do asseio corporal”.

A juventude recebe atenção especial, através do estímulo a uma educação militarizada. Horta (1994, p. 291) destaca que são fomentadas organizações específicas para esse fim:

“o que interessava aos militares não era incutir nos alunos um ‘espírito militarista’, mas sim o ‘verdadeiro espírito de segurança nacional’, isto é, a compreensão de que o inimigo interno é o verdadeiro inimigo que deve ser combatido.”

Dentre os focos de atuação da Reforma Capanema, destaca-se o ensino profissional, que foi valorizado e visava atender à necessidade de uma sociedade que estava num processo crescente de industrialização e necessitava, portanto, de um quadro funcional qualificado.

Também o ensino profissional foi apontado como alternativa para o aumento da formação de professores, a expansão da Escola Normal. Com a ampliação das vagas nas séries iniciais e campanhas de alfabetização tornou-se necessário estimular os espaços de formação de professores; nesta lógica foram criadas uma série de escolas normais. Juntamente com a criação dessas escolas, pode-se identificar várias campanhas na imprensa que estimulam essa formação.

Depois de formados, os professores são estimulados a trabalhar na zona rural, baseados nos argumentos da vocação, do desprendimento e da abnegação constrói-se a atuação do professorado nas zonas rurais.

O ensino técnico (Lourenço Filho p.27, apud Horta 1994) tinha um caráter formador com disciplinas humanísticas e técnicas. Destinava-se às camadas populares, pois propiciava formação direcionada ao mercado de trabalho e garantia de um emprego rápido, o que, ao mesmo tempo, supria a necessidade de qualificação profissional exigida pelo novo mundo do trabalho. Nesse sentido era preciso

despertar e acentuar na criança as qualidades e aptidões de ordem física, intelectual e moral que a tornem rica de personalidade e ao mesmo tempo dotada de disciplina e eficiência, estes dois atributos essenciais do cidadão e do trabalhador. (LOURENÇO FILHO apud HORTA 1994, p.169)

## **2.1 O Rio Grande do Sul neste contexto**

Getúlio Vargas foi governador do estado do Rio Grande do Sul em 1928, ficou dois anos no cargo e o passou para Flores da Cunha, que permaneceu como governador de 1931 a 1937. Neste período, várias iniciativas objetivaram a organização administrativa da educação no Estado. Durante este período, foi criada

a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública<sup>9</sup> e instituído o Conselho Estadual de Educação como órgão consultivo da Secretaria.

O governo de Flores da Cunha tinha como meta o aumento no número de vagas e a ampliação da estrutura física das escolas. Bastos (2005, p. 40) mostra que Flores da Cunha em seu mandato triplicou o número de professores e escolas no Estado. “A ampliação da rede física de escolas, bem como do número de vagas e de professores, foi uma das metas do governo, com o que quase se triplicou o número de professores e escolas.”

Embora com o aumento de vagas para professores e alunos, destaca-se uma nota publicada no Jornal “A Opinião Pública” que faz uma crítica ao Estado pelas poucas nomeações de professores, o que indica que a quantidade de professores habilitados provavelmente fosse maior do que aquela absorvida pelas instituições educacionais.

Como há várias escolas complementares no Rio Grande, e numa escola normal, anualmente completam o curso muitas dezenas de complementaristas e normalistas. Disso resulta que no principio de cada ano, os candidatos à nomeação, para o cargo de professor, excedem em número, largamente, a quantidade de vagas existentes no professorado. 1936, o governo estadual recebeu 1500 requerimentos com o pedido de nomeação. Nomeou, apenas, entretanto, duas dezenas de candidatas. Este ano, os requerimentos serão, quiçá, muito mais numerosos que os de 1936. (A OPINIÃO PÚBLICA, 10/02/1937)

O Rio Grande do Sul apresenta características singulares neste período. Nacionalmente o debate educacional estava dividido entre católicos e pioneiros, seguidores da escola nova; no Estado esse cenário ampliava-se e a presença do positivista era considerável.

O positivismo defendia a liberdade espiritual e, conseqüentemente, a separação entre Igreja e Estado. No Rio Grande do Sul a ideologia positivista

---

<sup>9</sup> A secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, compreende a Diretoria Geral da Instrução Pública, Diretoria de Higiene e Saúde Pública, Assistência a Alienados, Museu Júlio de Castilhos, Biblioteca Pública e superintendência da Universidade de Porto Alegre (Bastos 2005, p. 39).



ganhou espaço com ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense. As idéias comtianas, aplicadas à estrutura política administrativa do Estado e fundidas à figura de Júlio de Castilhos, originaram o que ficou conhecido como “castilhismo”.

Tambara (1995, p. 439) demonstra que existiram no Rio Grande do Sul, até o final do século XIX, dois sistemas de ensino, os quais, embora semelhantes, apresentavam significativas diferenças na organização do ensino a qual estava baseada na dualidade entre o ensino oficial e o particular. Após esse período, o sistema caracterizou-se pelo processo de institucionalização do ensino particular, que se consolidou na virada do século, e passou a ser dominado, quase que exclusivamente, por congregações religiosas.

Cabe destacar que, segundo este mesmo autor, a quantidade de religiosos com atuação no Estado aumentou de forma significativa no pós 30.

Assim, no final da década de 30, a Igreja dispunha de 3.637 religiosos em seus quadros no Rio Grande do Sul (um religioso para cada 850 habitantes) (192): pessoas que transformavam sua práxis em uma ação missionária de conquista e, principalmente uma força de trabalho extremamente coesa e disciplinada pelo voto de obediência que todos faziam. (TAMBARA, 1995, p. 440)

De acordo com Bastos (2005, p. 41), os desdobramentos deste debate efetivaram-se no ensino superior, “os positivistas que procuravam defender suas posições, organizaram-se na liga Pró-ensino leigo, ao passo que os católicos, procurando ampliar seus espaços, formaram a liga eleitoral católica (LEC).” Ambas as ligas apresentam vida orgânica com atuação nas faculdades do Estado, principalmente em Porto Alegre. Veja-se a nota publicada no Jornal “A Palavra”, em 1936, que indica a vitória do Catolicismo ao inserir o ensino religioso facultativo nas escolas.

### **Uma vitória do Catolicismo**

Todos os defensores da escola laica,- liberais, maçons, bolcheviques et caterva -, devem estar, esta hora, descontentes e com forte razão. A vitória do ensino religioso nas escolas não pode sofrer contestação. Os resultados do seu estabelecimento nas diversas unidades brasileiras são extraordinários, não se registrando, até hoje, nenhum dos inconvenientes apontados pelos inimigos da religião. (A PALAVRA 10/05/1936)

Em outubro de 1937, em decorrência do Estado Novo, assume o governo do Estado o general Daltro Filho, que ficou pouco tempo no cargo; posteriormente, em 1938, tomou posse o coronel Oswaldo Cordeiro de Farias. De acordo com Quadros (2006), a partir de 1937, ocorre no Estado a implantação das políticas de nacionalização do ensino, dentre elas a expansão da rede de ensino Estadual, construção de escolas e conseqüente contratação de Professores e Funcionários.

Segundo Bastos (2005), a campanha de nacionalização do ensino teve início em 1937, com medidas que visavam estimular os sentimentos pátrios e coibir outras manifestações culturais.

As ações compreendiam medidas extra-escolares, como as caravanas nacionalistas em que alunos e professores de todo Estado eram convidados a visitar a capital para comemorar as datas cívicas, ver os desfiles pátrios, enfim, participar de ações que estimulassem um processo de identificação com o país. Destaco a nota publicada em um jornal de Pelotas:

### **Delegacia Regional do Ensino**

Em torno da excursão de 50 'gauchinhos' à capital do Estado.

Levada a bom termo a tarefa que nos foi confiada pelo governo do estado de organizar uma equipe de 50 meninos filhos de colonos, desta 5° região escolar, para assistirem às comemorações da semana da pátria na capital, estando estes já de regresso ao seio de suas famílias cumpre-nos agradecer, de público, a todos quantos cooperaram para o êxito de nossa missão. (DIÁRIO POPULAR, 18/09/1941)

De acordo com Quadros (2006), nesse contexto de reconquista pela nacionalização do ensino, as comemorações das datas nacionais adquiriram uma

expressiva proeminência destacando-se pelo seu caráter formativo com a presença fundamental de professores e alunos nestas atividades.

A participação nas atividades vinculadas às datas nacionais se revestia de um caráter formativo da personalidade e da 'condição moral e patriótica' de todos e de cada um. De acordo com o governo, a participação nestas atividades era condição fundamental para que se despertasse nos estudantes um 'claro e sereno sentimento de nacionalismo elevado e bem compreendido'. Lições de moral e civismo deveriam ser transmitidas também de maneira explícita nas escolas, com finalidade de formar hábitos que, uma vez instaurados, inscrever-se-iam na personalidade e repercutiriam por toda vida adulta. (QUADROS, 2006, p.68)

Na década de 1940 foi criado O Centro de Pesquisas e Orientação Educacional – CPOE/RS<sup>10</sup>, órgão vinculado à Secretaria da Educação e Cultura do Estado, que participou na proposição de políticas públicas educacionais e atuava na lógica das reformas educacionais nacionais de reestruturação do Estado Brasileiro.

Após percorrer aspectos históricos do Brasil e do Rio Grande do Sul, em termos de contextos sociais, econômicos e políticos, sintetizando características da educação no período, passo a traçar alguns apontamentos sobre a consolidação da profissão docente no Brasil.

---

<sup>10</sup> Sobre o CPOE/RS ver a dissertação de doutorado de Claudemir Quadros (2006) "Reforma, Ciência e Profissionalização da Educação: O Centro de Pesquisa e Orientação Educacional do Estado do Rio Grande do Sul."

### **3 - Apontamentos sobre a consolidação da profissão docente**

No final do século XIX, sob inspiração liberal e republicana, ocorrem algumas mudanças na conjuntura nacional, do ponto de vista político, social e econômico que estimulam a necessidade de instrução. A intensificação dos processos de industrialização, urbanização, imigração, entre outras, acabou por aumentar a demanda por educação pública, embora com um investimento ainda muito limitado no período.

Villela (2005, p.106) traduz muito bem essa idéia no seguinte trecho:

o Brasil, na segunda metade do século XIX, atravessou profundas transformações estruturais que repercutiram no tecido social. Como efeito da Lei Euzébio de Queirós, capitais anteriormente investidos no lucrativo comércio de escravos passaram a diversificar suas aplicações, favorecendo o financiamento de obras que viabilizavam as comunicações, como construção de estradas de ferro, navegação a vapor, cabos telegráficos, iluminação pública – mudanças que redefiniam as percepções de tempo e espaço, formavam novos hábitos na população, estimulavam uma variedade de serviços e, conseqüentemente, ampliavam a demanda por instrução.

O ingresso de mulheres no mercado de trabalho e mais especificamente no magistério ocorre paralelamente e sob influência dessas transformações sociais, econômicas e políticas que aconteciam no país. De acordo com Louro (1989), a participação das mulheres na esfera pública e no mercado de trabalho não foi tarefa fácil, pressupôs uma reorganização dos discursos convencionais, objetivando

adaptá-los à nova realidade e necessidade.

Esta foi uma tarefa difícil, pois a sociedade brasileira na época, sob influência da Igreja Católica, apresentava opiniões bastante fechadas sobre qual lugar a mulher deveria ocupar na sociedade e este lugar abrangia aspectos referentes ao marido, filhos, casa, enfim, tarefas “domésticas”.

Assinalo que as mulheres, no período entre as guerras mundiais, ocuparam diferentes lugares no mundo do trabalho e, embora o Brasil não tivesse se envolvido de forma direta no primeiro desses conflitos, recebe muitos reflexos daí decorrentes, inclusive no que se refere à atuação da mulher no mundo do trabalho.

A possibilidade de profissionalização para as mulheres alarga-se através das escolas normais, local onde, além da docência, elas continuavam a aprender sobre as coisas do lar, recebendo formação para serem boas esposas e boas mães. Uma perspectiva conservadora e machista, se olharmos com o enfoque atual; porém, para a época, esse espaço de formação, por possuir tais características, se consolidava como um espaço, já bastante aceito pela sociedade, de profissionalização para as mulheres.

O ingresso de mulheres nas Escolas Normais estava alicerçado no discurso da similaridade entre o exercício do magistério e certas “aptidões”, consideradas inatas a elas. Neste sentido, Almeida (1998, p.58) destaca que:

além das escolas de instrução básica para as meninas, deveria também haver uma saída para a profissionalização feminina, representada por um trabalho que não atentasse contra as representações acerca de sua domesticidade e maternidade. O magistério inseria-se perfeitamente bem nessa categoria, pelo menos era assim que rezava o discurso oficial da época.

Guacira Louro (1989, p.35) mostra que a relação entre magistério e domesticidade se dá pelo entendimento de que “o magistério é mais adequado para

a mulher, por exigir o cuidado de criança; ser professora é, de certa forma, uma extensão do papel de mãe. Além disso, o magistério passa a ser visto também como um bom preparo para a futura mãe de família”.

Em contraponto, para as normalistas<sup>11</sup> a possibilidade de formação, por intermédio das escolas normais, significava romper com a relação limitada pela família, permitia conviver com outros grupos, tanto no período em que estavam cursando a escola, como no período posterior à formatura. Era uma profissão que apresentava menor resistência de aceitação da sociedade, em uma época que a inserção da mulher no mercado de trabalho era algo ainda incomum. Louro, ao tratar da importância da Escola Normal para as moças, enfatiza:

para as moças de camadas médias o magistério aparecerá, desde o início como a profissão ideal, a única bem aceita socialmente. Deste modo, as escolas normais serão o caminho não só para aquelas que precisam trabalhar, como também para as que desejam estudar um pouco mais. (LOURO, 1989, p.34)

De acordo com Almeida (1998), ser uma professora que havia cursado a Escola Normal imprimia status perante a comunidade. Não são poucos os relatos que afirmam que nas cidades pequenas a professora normalista estava posicionada entre as figuras importantes da cidade, bem como possibilitava uma condição de autonomia financeira um tanto incomum para as mulheres. “A possibilidade de aliar o trabalho doméstico à maternidade, por meio de uma profissão revestida de dignidade e prestígio social, fez com que ‘ser professora’ se tornasse extremamente popular entre as jovens” (ALMEIDA, 1998, p.28).

Saliento que, primeiramente, as Escolas Normais formavam professoras e resolviam a falta de profissionais em escolas para moças, pois a sociedade

---

<sup>11</sup> Termo utilizado para caracterizar as moças que estudavam em Escolas Normais.

acreditava não ser adequado mulheres lecionarem para homens<sup>12</sup>. Com o aumento do número de mulheres que se formavam e com o êxodo masculino e/ou a falta de professores homens, surge a necessidade de as normalistas assumirem turmas mistas, com restrições ainda para as turmas exclusivamente masculinas.

Sobre as Escolas Normais cabe ainda destacar que é por seu meio que ocorre uma “*profissionalização da atividade docente*”<sup>13</sup>, ou seja, para exercer a função docente a partir do surgimento e posterior expansão das escolas normais, supõe-se uma formação específica para o magistério.

Nota-se no texto de Peixoto (2005, p.16), quando trata das mudanças ocorridas no sistema educacional durante a chamada República Velha, que várias são as iniciativas no sentido de legitimar a atividade docente:

a escola normal se consolida, incorporando em seu currículo os avanços das ciências pedagógicas; a formação acadêmica passa a ser fonte de direitos e privilégios no exercício do magistério; o magistério se torna uma profissão feminina; a professora se torna funcionária do estado e tem sua carreira regulamentada e suas ações controladas pelo governo; a educação escolar passa a ser encarada como uma atividade técnica e como tal, deve se desenvolver em prédios próprios, fundamentada em princípios e métodos cientificamente comprovados, desenvolvida por profissionais habilitados, administrada e fiscalizada por serviço especializados.

No que se refere à “*profissão docente*” é a especificidade do fazer pedagógico que coloca o magistério no rol das profissões e singulariza o profissional da educação<sup>14</sup>.

Com o aumento do número de mulheres no magistério, se consolida, paralelamente, um perfil para o exercício da docência, baseado em características ditas femininas, tais como docilidade, paciência, educação, maternidade, numa clara referência a quem de forma inata possui o dom de ensinar. Neste sentido, Novaes

---

<sup>12</sup> Sobre o assunto ver Novaes (1984), capítulo I “Como o magistério primário tem sido produzido”.

<sup>13</sup> Ver Hypolito (1994), dissertação de mestrado.

<sup>14</sup> Ver Nóvoa (1991).

(1984, p. 22) salienta que:

de qualquer forma, até a década de 30, a escola normal desempenhou papel relevante na formação profissional e na elevação da cultura da mulher brasileira. O magistério, entendido como um prolongamento das atividades maternas, passa a ser visto como ocupação essencialmente feminina e, por conseguinte, a única profissão plenamente aceita pela sociedade, para mulher.”

Tal perfil imprime características que são debatidas no magistério nos tempos atuais, em uma discussão que busca identificar os fatores que fazem do magistério atual uma profissão predominantemente feminina.

O processo de feminização do magistério, que é caracterizado pelo aumento do número de mulheres exercendo a docência, está atrelado ao processo de feminilização do magistério<sup>15</sup>, que se caracteriza por imprimir à profissão docente características tidas como femininas. Esses dois processos – feminização e feminilização – talvez tenham favorecido a desqualificação do profissional da educação.

Este trabalho recorre ao conceito de feminilização adotado por Tambara (2002, p.83), que o entende como “processo de identificação entre natureza feminil e a prática docente” para sustentar que a relação entre feminização e feminilização pode se relacionar com a valorização docente. Conforme Tambara (2002, p.94) “talvez, muito mais importante do que investigar a feminização do magistério seja compreender o processo de feminilização do mesmo, mormente no que se refere às implicações associadas ao processo de qualificação/desqualificação do profissional da educação.”

A partir desta afirmação pode-se refletir sobre a desvalorização do trabalho docente exercido pela mulher e, principalmente, sobre a desqualificação técnica do trabalho exercido pela mulher, discutindo até que ponto a adoção das características

---

<sup>15</sup> Sobre a feminilização do magistério ver Tambara (2002).



“ditas” femininas ao trabalho docente é uma forma que o desvaloriza tecnicamente.

É referido por vários pesquisadores, por exemplo Enguita (1991), que a feminização do magistério é um dos elementos que contribuiu para a desvalorização da profissão docente. A premissa que subsidia tal afirmação é que o trabalho feminino é historicamente desvalorizado e o ingresso de mulheres no magistério teria estimulado tal processo no magistério. Tal fenômeno ocorre, segundo o autor, com as profissões em que há predominância de mulheres. Villela (1998, p. 63) destaca que “ao longo dos séculos, a opressão exercida sobre as mulheres fez com que o trabalho por elas desempenhado fosse considerado também inferior, instituindo um binômio perverso: seres inferiores, trabalho inferior”.

Nóvoa (1991, p.126), ao fazer uma análise global desse processo, destaca que “a feminização do corpo docente primário fenômeno que, apesar das especificidades de cada país, pode ser percebido no conjunto das sociedades ocidentais a partir de meados do século XIX, contribui para uma desvalorização relativa da profissão docente”.

O processo de feminização do magistério, segundo vários pesquisadores, é um dos fatores que se relacionam com a desvalorização da profissão docente (Louro,1991; Apple,1986; Hypolito,1994; Villela, 2005; Nóvoa, 1991). O magistério, como outras profissões que se feminizam, perde espaço e prestígio social com o ingresso de mulheres e isso nos remete a um debate de gênero mais amplo.

As primeiras décadas do século XX foram relevantes no que se refere à feminização do magistério no Brasil, pois com a expansão do sistema educacional, com a falta de profissionais na área e a formação de normalistas, a mão-de-obra feminina torna-se necessária e disponível. Catani (1997, p. 26) enfatiza que esse processo de feminização, ocorreu de forma intencional e, conforme já foi dito,

atendendo aos interesses do Estado:

o foco histórico que iluminou o processo de feminização do magistério mostrou, porém, que a desvalorização econômica e social não esteve ligada a um processo inevitável, natural e universal, mas foi resultado de seleção de alternativas e escolhas efetuadas por agentes políticos que, diante de condições concretas dadas, optaram por aliar a formação de professores, e o próprio magistério, a um menosprezo pelo feminino, ocultado do discurso, mas revelado pelos baixos salários.

A educação, a partir de 1930, assume papel relevante na sustentação ideológica do Estado, que reestrutura o ensino e investe na ampliação de vagas e busca mecanismos para garantir à população o acesso à educação. Esta década é, portanto, um marco no que se refere à expansão do ensino. Como afirma Silva (1980, p.20)

a constituição de 1934, diferentemente da de 1891, teve um capítulo específico sobre educação e demonstrou claramente uma nova mentalidade acerca do problema. (...) O ensino primário passou a ser gratuito e de frequência obrigatória. A união e os municípios ficaram obrigados a aplicarem 'nunca menos de 10% e os Estados e o distrito federal nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos na manutenção dos sistemas educativos.

Como se pode ver, esse é um momento da história da educação brasileira em que o Estado compreende a educação como fundamental para implementação de suas políticas. Lawn (2006, p.161) desenvolve uma análise mostrando como a identidade do professor está sempre relacionada à nação:

a identidade do professor simboliza o sistema e a nação que o criou. Reflete a 'comunidade imaginada' da nação, em momentos em que esta é crucial para o estabelecimento ou reformulação dos seus objetivos econômicos ou sociais, tal como se encontram definidos pelo Estado.

Nóvoa (1991, p.122) faz a seguinte reflexão sobre a relação professorado e Estado:

dizer que os docentes são funcionários é uma afirmação que não é contestada por ninguém. Entretanto, ela é insuficiente se não se acrescenta que eles são funcionários de um tipo particular. Com efeito, a profissão

docente é muito ligada às finalidades e aos objetivos; ela é fortemente carregada de uma intencionalidade política.

Creio que na afirmativa acima, embora o autor esteja se referindo à realidade de Portugal, fica bem explicitada a relação que o Estado busca estabelecer com os professores, o que é válido para o caso brasileiro no período proposto para essa pesquisa, pois é um momento em que a escola e, conseqüentemente, a ação dos professores assume o papel de construção de uma nacionalidade necessária ao Estado.

Os professores assumem uma prática submissa ao Estado e pode-se observar que, gradativamente, a profissão docente vai perdendo autonomia e sendo articulada em torno dos interesses do Estado. Hypolito (1994, p. 82) relaciona o processo de feminização do magistério e o processo de funcionarização com a “proletarização da profissão docente”, caracterizando essas mudanças da seguinte forma:

o processo de feminização do magistério é um processo que coincide com o processo de transformação do trabalho docente em trabalho assalariado, controlado pelo Estado, submetido a formas de controle externas ao próprio processo de trabalho, retirando das professoras formas autônomas de controle sobre o quê e como ensinar. O processo de racionalização e parcelamento do trabalho docente é simultâneo à transformação desse trabalho em trabalho feminino.

A proletarização da profissão docente indica uma proximidade do professor a outros trabalhadores. Tal aproximação encontra resistência dentre professores que imprimem ao “fazer pedagógico” um status superior a outro fazer técnico.

Por fim, aponto um trecho de Nóvoa (1991, p. 123), no qual ele estabelece algumas relações da profissão docente com sua valorização:

assim, a história da profissão docente é indissociável do lugar que seus membros ocupam nas relações de produção e do papel que eles jogam na manutenção da ordem social. Os docentes não vão somente responder a

uma necessidade social de educação, mas também criá-la. A grande operação histórica da escolarização não teria jamais sido possível sem a conjugação de diversos fatores de ordem econômica e social; mas é preciso não esquecer que os agentes deste empreendimento foram os docentes. 'Promover o valor da educação na cabeça das pessoas': eis aí uma palavra de ordem que eles respeitaram, seguros que estavam de que ao fazê-lo eles criavam as condições para a valorização de suas funções sociais, e, portanto, para melhoria de seu estatuto sócio-profissional.

A contextualização histórica da profissão docente no Brasil é necessária para entender-se onde e como está situado o problema desta pesquisa. Nesta lógica, buscar-se-á, a seguir, trazer aspectos do contexto pelotense nas décadas de 1930 e 1940.

#### **4 – Aspectos da História de Pelotas**

Pelotas, localizada ao sul do Rio Grande do Sul, foi elevada à categoria de cidade em 1835. Antes era chamada de Vila São Francisco de Paula. A cidade ficou conhecida nacionalmente pela indústria do charque, usualmente chamada charqueada, que foi o principal estímulo ao desenvolvimento e base da economia local por quase cem anos.

A indústria do charque desenvolveu economicamente a cidade e fez surgir uma elite local politicamente poderosa e com refinado gosto cultural. Pelotas, no século XIX, era rota de espetáculos teatrais internacionais, certamente porque aqui havia um público que valorizava e podia pagar para assistir a esses espetáculos. A cidade demonstra também um refinamento arquitetônico, o qual ainda hoje pode ser observado em prédios históricos, alguns precariamente preservados.

No início do século XX, as charqueadas entram em declínio, fato reforçado pelo surgimento dos frigoríficos. A indústria saladeril não consegue concorrer com os frigoríficos que se espalham por todo o país e possibilitam uma alternativa para o armazenamento de carne. Os frigoríficos eram em sua maioria estrangeiros, havendo algumas tentativas nacionais, mas de pouco êxito. Loner (2001, p.53) mostra que vagarosamente as charqueadas foram perdendo espaço e, com isso, a cidade também perdeu poder econômico: “de 21 charqueadas existentes em 1888, passaram a 18 em 1890; 15 em 1897; 16 em 1911 e apenas sete em 1918”.

Nas primeiras décadas do século XX, percebe-se gradativamente Pelotas assumindo um perfil urbano desvinculado da economia baseada no charque. Surgiram incentivos em outras áreas, mas que não representariam o mesmo potencial econômico, advindo das charqueadas.

Com o declínio da principal atividade econômica do município são buscadas alternativas para o desenvolvimento econômico da cidade, através do fomento à indústria da alimentação, fruticultura, tecidos, entre outras. De acordo com vários autores, tais como Amaral (1999), Jansen (1990) e Neves (2007), a fruticultura começa a ser desenvolvida nas zonas altas e planas; próximo à Lagoa dos Patos e ao canal São Gonçalo realizava-se o cultivo do arroz e, na zona urbana, foram instaladas indústrias, como a Fiação de Tecidos Pelotense (1903). Várias outras fábricas menores poderiam ser destacadas na cidade, muito embora não tenham conseguido substituir a pecuária, que continuou a ser fundamental na economia do município.

A fragilização da economia da região consolida-se com a falência do Banco Pelotense que, fundado em 1906, representava o desenvolvimento econômico da cidade. Segundo Jansen (1990, p.105), a quebra deste banco, em 1931, ocorreu principalmente pela crise da pecuária e, secundariamente, pelo interesse de Vargas em fortalecer o Banco do Estado:

o Banco Pelotense que tomamos como a 'realização máxima' da burguesia agrária de Pelotas no setor financeiro, estava praticamente "preso" à pecuária. A origem de seu capital, a origem da iniciativa e sua orientação administrativa confirmam isso. A sua liquidação, também, em razão deste 'aprisionamento', estava, de certo modo, 'predestinada'. A crise da pecuária no Estado sobre determinou o processo. De modo secundário, portanto, ficariam 'interesses getulistas', voltados ao fortalecimento do Banco do Estado.

Pelotas, na década de 1930, prenuncia o fim de seu apogeu econômico. A

economia está em crise e nenhum outro investimento superou a indústria saladeril. A cidade transformou-se em um centro urbano com sérios problemas estruturais. Amaral (2003, p.59) afirma que a falta de estrutura urbana é possível de ser constatada nos “jornais locais em que passam a ser freqüentes os comentários sobre as péssimas condições de moradia na área central, onde proliferavam cortiços, e nos bairros populares, onde a população abrigava-se em barracos”.

Loner (2001, p.50), ao analisar a construção da classe operária de Pelotas e Rio Grande, no período de 1888 a 1930, aponta a década de 1930 como um momento crucial de redefinição para a cidade de Pelotas.

a década de 30 constituiu-se num período de crises especialmente para Pelotas, em que a falência do Banco Pelotense e o fim das charqueadas abriram um período de redefinição e readequação econômica, baseado na indústria da alimentação, desenvolvimento da agricultura do arroz e conservas.

A readequação econômica foi uma alternativa encontrada pela elite política e econômica local para se manter no poder, por meio de investimentos em outras áreas para buscar a superação das dificuldades em que se encontrava a cidade. Vanti (1998, p.85) afirma que “os anos 30 tornam-se, então, um divisor de águas no contexto do desenvolvimento socioeconômico de Pelotas, demarcando o fim definitivo do ciclo das charqueadas e a emergente industrialização pelotense”.

O desenvolvimento da indústria pelotense deu-se de forma lenta, sem condições de absorver a quantidade de trabalhadores disponíveis no município. Pelotas ingressa em um processo de estagnação econômica e pessimismo político.

Diante deste quadro, a elite pelotense buscou apresentar alternativas para a crise econômica em que se encontrava a cidade e uma dessas iniciativas foi a fundação da Liga Pró-defesa de Pelotas, fundada em 1930. Conforme Amaral (2003,

p. 62-63):

o ponto de partida para a execução do movimento 'Em Defesa de Pelotas' foi a elaboração de um vasto programa, considerando as necessidades presentes e futuras, visando a remoção dos entraves administrativos e burocráticos que tão seriamente vinham perturbando o desenvolvimento da cidade.

O movimento "Em defesa de Pelotas" reunia representantes de vários setores e pensava alternativas na busca do desenvolvimento econômico para a cidade. Defendia, por exemplo, a construção de uma estrada de ferro ligando Pelotas a Santa Maria, que embora tenha feito parte de debates durante um ano, não se concretizou. Amaral (2003, p. 65) afirma que o movimento Pró-Defesa de Pelotas buscava "defender os interesses do Município junto às autoridades administrativas municipais, estaduais e federais; propagar e fomentar o progresso através da criação de novas indústrias."

Na imprensa há várias manifestações que objetivam estimular a auto-estima pelotense e fomentar o desenvolvimento local:

#### **Pelotas e o seu progresso**

Não é declarando que não temos nada; que estamos esgotados e que as nossas rendas decresceram, que poderemos nivelar Pelotas aos demais centros de produção e ao progresso do país!

O derrotismo, que de início é levado em conta de grossa pilheira, chega a transformar-se no pior inimigo das administrações públicas. Se acompanharmos essa onda destruidora estamos, indiscutivelmente, prestando um mau serviço a nós mesmos. (A OPINIÃO PÚBLICA, 20/10/1938)

No que se refere aos estabelecimentos de ensino, na década de 1930, Pelotas contava com uma numerosa, organizada e eficiente rede de instrução pública. Jansen (1990, p.107) afirma que a tão propalada riqueza cultural de Pelotas no século XIX influencia a formação de uma burguesia urbana que trata com desdém as atividades manuais e busca, através da educação, outro tipo de



atividade:

a classe mais alta possui e cultiva o preconceito contra o trabalho produtivo e inclusive contra certos setores do comércio. Mas a pequena burguesia urbana acaba assumindo esse preconceito como seu, até certo ponto, de forma suficientemente cautelosa que não a impeça de se reproduzir. A preocupação com a reprodução do seu status, cuja aquisição a duras penas mal se consegue completar, leva este segmento social a apoiar a criação de instituições de ensino, e mesmo lutar por elas, assim como pelo seu acesso a elas.

A educação faz parte da preocupação de uma parcela da população e ocupa espaço inclusive nos meios de comunicação. Veja a nota publicada num jornal local na qual um cidadão, de forma indignada, faz uma reclamação sobre os dias sem aula e sugere uma crítica aos professores.

**A cidade**  
Um abuso

Escrevem-nos

A maioria das nossas escolas, públicas e particulares, não funcionaram este mês, até a data de hoje, nos seguintes dias:

3 – por ser domingo; 12 – por ser feriado nacional (abolido desde 1930); 14 por ser domingo; 15 por ser dia do professor (que nele deveriam trabalhar com mais afinco) Em 15 dias cinco feriados, isto é, um terço de dias só para folganças!

Estamos em vésperas de exames, época em que é preciso intensificar os estudos. Pode-se imaginar que resultados apresentarão os Srs. Estudantes no fim do ano, desde que as escolas trabalhem como nestes últimos quinze dias. [...]

Já é tempo de deixar esse velho e pernicioso hábito: é preciso que os poderes públicos e o Srs. professores em geral se compenetrem dos seus deveres de zelar pela educação, severa e rigorosa, -a educação verdadeira da mocidade.

Só assim, o Brasil será grande e nós mereceremos o respeito das demais nações. (A OPINIÃO PÚBLICA 17/10/1934)

Nos anos de 1930, eram muitas escolas particulares que disponibilizavam o ensino primário e secundário. A partir da década posterior, percebe-se o aumento no oferecimento de vagas nas escolas públicas e muitas das escolas particulares perdem a clientela e fecham suas portas.

Parece haver, no cenário educacional, uma consistente estrutura de ensino com escolas estaduais e municipais, particulares e filantrópicas. Dentre elas, destaque os Ginásios Pelotense e Gonzaga que, além de animar a cidade com as

disputas entre os 'gatos pelados' e 'galinhas gordas'<sup>16</sup>, expunham explicitamente no campo educacional o embate entre católicos e liberais. Segundo Amaral (2003, p. 312).

Dentre as escolas de ensino secundário, as duas mais importantes eram o Gonzaga e o Pelotense. Essas instituições serviram para consolidar o catolicismo e o laicismo no campo educacional numa época em que na cidade ainda eram explícitas as rivalidades entre católicos e anti-clericais e, em nível nacional, assistia-se ao embate de dois grupos antagônicos que propunham reformas na educação nacional: os católicos e os liberais (laicistas)

As disputas entre católicos e não católicos na cidade de Pelotas é também explicitada pela atuação das duas associações de professores, especificadas a seguir. Veja a nota abaixo que divulga o primeiro congresso católico do município e ao mesmo tempo convoca as mulheres a organizarem-se:

#### **1º Congresso Católico**

Realizou-se ante-ontem a terceira sessão do 1º Congresso Católico de Pelotas, no salão de festas do Ginásio Gonzaga, com numerosa assistência.

A sessão foi presidida pelo Dr. José Mendonça, membro da junta Regional L.E.C.

Ocuparam, sucessivamente a tribuna os conferencistas senhorinha professora Osmania Campos que dissertou sobre o voto feminino e o mons. Silvano de Souza que abordou por três quartos de hora a tese: 'A igreja face às constituições de 1824 e 1891'. Os oradores foram muito aplaudidos.

É o seguinte resumo da conferência da professora Osmania Campos.

Inicia com essas palavras proferidas no Congresso de professores de Porto Alegre: 'queiram ou não queiram, o futuro do Rio Grande está na mão da mulher, no magistério'. Esta previsão pode ser aplicada à mulher católica com respeito ao voto feminino, afirmando-se que a salvação da sociedade brasileira está na mão da mulher católica eleitora. ( DIÁRIO POPULAR 10/03/1933)

Outras escolas públicas também podem ser destacadas nesse contexto. Os Colégios Elementares Félix da Cunha e Cassiano do Nascimento, reconhecidos em todo o Estado, apresentavam um quadro de professores ativos socialmente. O

---

<sup>16</sup> Sobre as disputas entre 'gatos pelados' e 'galinhas gordas' ver a tese de doutorado de Giana Lange do Amaral "Gatos Pelados x Galinhas Gordas: Desdobramentos da Educação Laica e da Educação Católica na Cidade de Pelotas. (décadas de 1930 a 1960)" (AMARAL, 2003).

Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção, inaugurado por Augusto Simões Lopes<sup>17</sup> – conhecido pela inauguração de várias escolas e investimentos feitos na estrutura física de outras durante os quatro anos de seu mandato – é outro exemplo de escola pública com importância na cidade.

Alguma das escolas criadas neste período receberam o nome de seus benfeitores, ou seja, aqueles que contribuíram financeiramente para sua criação, como no caso do Grupo Escolar Joaquim Assumpção. De acordo com Oliveira (2005), a municipalidade recebeu uma doação da viúva de Joaquim Assumpção e, por isso, a homenagem a ele.

Os Colégios São José e Colégio Santa Margarida, dois importantes educandários vinculados a instituições religiosas, respectivamente à Igreja Católica e à Igreja Anglicana, apresentavam boa inserção na cidade e, embora particulares, recebiam crianças carentes isentas das taxas.

No que se refere ao ensino superior, o governo municipal mantinha, no início da década de trinta, quatro cursos: Direito, Agronomia, Farmácia e Odontologia, o que era algo incomum para a época. Gustavo Capanema, titular da Educação, ao visitar Pelotas, em 1943, faz o seguinte comentário referindo-se à Faculdade de Farmácia e Odontologia:

Um dos meus maiores prazeres em Pelotas foi a visita à Faculdade de Farmácia e Odontologia. Compreendi desde logo que estava num meio educativo forte e ativo, portanto em face de um dos instrumentos decisivos do nosso progresso e da nossa cultura. Deixo aqui aplausos aos que trabalham nesta casa de ensino. (DIÁRIO POPULAR 14/10/1943)

Cabe destacar também a Escola Technico-Profissional, atual CEFET/RS, que atendeu no pós trinta a necessidade de mão-de-obra qualificada de forma mais

---

<sup>17</sup> Sobre os quatro anos de governo de Simões Lopes (1924-1928) ver a dissertação de mestrado de Maria Augusta Martiarena de Oliveira, "A Educação durante o Governo de Augusto Simões Lopes", FaE/UFPel, 2005.

rápida. Em 1943, o Ministro Capanema, responsável pela pasta da educação, em nota publicada na imprensa local, faz vários elogios aos estabelecimentos visitados.

“A visita do Ministro Capanema às nossas casas de ensino e suas impressões.

Diversas e expressivas foram as homenagens tributadas ao titular da Educação, Sr. Gustavo Capanema.

Recebido festivamente através de eloqüentes manifestações de apreço e admiração, o Sr Gustavo Capanema, por seus dotes de inteligência, amabilidade e pelo seu espírito comunicativo conquistou imediatamente a simpatia de todos os que tiveram a oportunidade de entrar em contato com o referido homem do governo. (DIÁRIO POPULAR, 14/10/1943)

#### 4.1 - As alunas-mestras

No período em análise, a escola complementar era um espaço de formação de professores importante na cidade. A Escola Complementar da cidade foi inaugurada oficialmente em 30/06/1929<sup>18</sup> e recebeu inicialmente a denominação de Escola Complementar de Pelotas.

##### **Escola complementar : Inauguração oficial, domingo.**

Domingo às 14 horas com caráter festivo, dar-se-á a inauguração oficial da conceituada Escola Complementar, sob a direção do ilustre pedagogo, Sr. Emilio Martins Boeckel e que está funcionando provisoriamente no palacete viscondesa da Graça à rua 15 de novembro esquina da Gomes Carneiro. (DIÁRIO POPULAR, 28/06/1929)

Em 1929, são muitas as incursões nos jornais locais que indicam a criação da Escola Complementar. Na época, o centro mais próximo que possibilitava a formação de professores era a capital do Estado. Com a ampliação das redes de ensino, eram necessários outros espaços de formação de professores. Nos jornais são destacados vários apelos à implementação de uma escola complementar em Pelotas:

---

<sup>18</sup> A data de fundação foi identificada no jornal Diário Popular do dia 30/06/29.

Concretiza-se assim na positividade dos fatos esse grande desejo de coletividade, não só do nosso município, como de toda região Sul do Estado, que assinou com extraordinário relevo de coração de todos que verdadeiramente se interessam pela evolução cultural de Pelotas [...] a escola complementar que breve estará em pleno funcionamento dará um valor ainda maior à posição que já ocupa nossa terra como sede da atividade mental. (DIÁRIO POPULAR, 07/03/1929)

A Escola Complementar de Pelotas formava “alunas mestras” que iriam lecionar em Pelotas e região nas escolas primárias. O magistério era, nesse período, uma das únicas profissões recomendadas para as mulheres, portanto o ingresso nas primeiras turmas da Escola Complementar era algo bastante disputado, pois as alunas prestavam um exame de admissão.

A habilitação fornecida pela Escola Complementar era algo reconhecido na sociedade pelotense, principalmente na década de 1930. Silva e Amaral (2006, p. 9), ao pesquisarem a Escola Complementar de Pelotas, nos seus primeiros anos de funcionamento, identificam um certo prestígio social:

Na sociedade pelotense, nesse período, as alunas mestras da escola complementar gozavam de um certo prestígio. Isto é, ao saírem da escola complementar eram logo solicitadas a iniciarem em sua profissão, tendo em vista o reconhecimento que a sociedade propiciava àquela instituição de ensino e à figura de professora.

A colação de grau das alunas da escola era um evento público na cidade. Várias notas foram encontradas nos jornais pesquisados divulgando e convidando a comunidade para os festejos de formatura.

#### **Escola Complementar** Colação de Grau

As alunas-mestras de 1940, da Escola Complementar ‘Assis Brasil’ colam grau, amanhã, no teatro Guarani.”[...] A turma de senhorinhas que conclui, brilhantemente, o curso na Escola Complementar ‘Assis Brasil, desta cidade, no ano passado, vai receber, amanhã em sessão solene, teatro Guarani, o honroso diploma de alunas mestras que lhes dão ingresso no magistério Estadual. (OPINIÃO PÚBLICA 20/03/1941)

No jornal “A Palavra” há um pequeno trecho parabenizando a Professora Osmânia Campos<sup>19</sup> por ter preparado duas alunas para o ingresso na Escola Complementar.

Terminaram a 27 de abril passado os exames de admissão ao 1º ano da Escola Complementar desta cidade. Entre outras candidatas aprovadas, sabemos que a competente e habilíssima professora Osmânia Campos apresentou duas alunas particulares que conseguiram as seguintes notas: [...] (A PALAVRA, 04/05/1929)

As alunas citadas acima ingressaram na primeira turma e seus nomes foram divulgados a fim de valorizar o trabalho da professora Osmânia Campos. O que reafirma a idéia de valorização das ingressas na Escola Complementar, bem como a valorização de quem as preparava para os exames.

A Escola Complementar de Pelotas passou a chamar-se posteriormente de Escola Complementar Assis Brasil e permanece funcionando atualmente como Escola de Ensino Fundamental e Médio, inclusive médio na modalidade de magistério. Esta instituição, transformada posteriormente em Instituto de Educação Assis Brasil, tem uma história muito significativa no âmbito da formação docente, tendo sido por muitos anos uma referência como Escola Normal em Pelotas e na região<sup>20</sup>.

Em 1933, outra escola complementar do município, vinculada ao Colégio São José, é oficializada pelo governo do Estado.

#### **Escola Complementar São José**

A inauguração do ampliamto do Edifício dar-se-á hoje com toda solenidade, a inauguração do ampliamto do edifício do antigo colégio São José, superiormente dirigido pela irmãs de São José, e em cujo novo

---

<sup>19</sup> Osmânia Campos teve destacada atuação no magistério pelotense. Ligada ao catolicismo, chegou a ser vereadora da cidade.

<sup>20</sup> Sobre esta instituição escolar ver Amaral, G.L. “Instituto Educacional Assis Brasil: entre a memória e a história” Seiva, 2007.

palacete, ficará instalada a escola complementar São José, oficializada pelo governo do Estado. (DIÁRIO POPULAR, 25/06/1933)

Embora a Escola Complementar São José tenha sido oficializada pelo Estado em 1933, é curioso que também em 1933 houvesse uma nota que divulga a formatura da primeira turma. A partir da análise da nota publicada supõe-se que o ingresso desta turma foi em 1930, e pode-se inferir que a Escola Complementar São José propôs a formação complementar sem ter autorização do Estado, ou esteve em funcionamento enquanto aguardava o andamento do processo de solicitação.

#### **Escola Complementar São José**

Domingo passado, no salão nobre da escola C. São José, perante numerosa assistência, realizou-se em sessão solene a colação de grau da primeira turma de alunas-mestras diplomadas por essa escola.

Aberta a sessão, foi dada a palavra à oradora da turma, Luiza G. Durand, que em belas expressões interpretou.

Em seguida, produziu eloqüente oração, pondo em relevo a nobre missão do professor, o paraninfo da turma, D. Joaquim Ferreira de Mello, d.d. Bispo diocesano. [...]

Essa solenidade, que deixou em todos a melhor impressão, foi encerrada com o hino nacional, cantado pela alunas-mestras e complementaristas. (A PALAVRA, 02/04/1933)

As escolas complementares aqui existentes formavam professores para atuar em vários locais do Estado. Ao analisar as notas dos periódicos que fazem referência a esses espaços, nota-se que ter cursado a escola complementar, principalmente na década de trinta, era algo que propiciava um status ao professor.

Contando com duas escolas complementares, Pelotas, na década de 1930, formava professoras para atuarem em toda a região. Veja a nota abaixo publicada em um periódico a fim de estimular a ação no magistério na zona rural.

Professorinha...

Professorinha de escola rural...Moça bonita que se levanta mais cedo que o sol, que segue pelas estradas humildes de orvalho, rumo à casinha branca de cal onde a molecada das fazendas vizinhas forma uma fila de farrapos [...]

-Menino! Eu já não disse pra você tomar o remédio?

Heroína obscura de todos os dias, mocidade crucificada, mãe prematura de filhos alheios, que espeta no ar sonolenta das classes preguiçosas, num gesto símbolo contra o analfabetismo, uma régua de pau.  
[...] (A OPINIÃO PÚBLICA, 30/03/1937)

Na nota acima transparece a proximidade impingida ao fazer do professor e ao fazer da mulher, enquanto mãe. O tom, o estilo, é nitidamente recorrente às qualidades e funções da professora, cuidadosa, abnegada, vocacionada.

#### **4.2 Associação Brasileira de Educação - Secção pelotense**

Em Pelotas, a criação de uma Secção da Associação Brasileira de Educação ocorreu em 1926, conforme já foi dito anteriormente, seguindo a orientação que a ABE adotara como política de ampliação e instalação de secções por todo o país.

Cardoso (2005, p.55) diz que um dos principais responsáveis pela fundação da Secção pelotense da ABE foi Joaquim Luís Osório, Bacharel em Direito, deputado estadual e Diretor do Ginásio Pelotense na época. “Em relação à criação da secção pelotense no dia 24 de outubro de 1926, teve lugar no Ginásio Pelotense uma assembléia convocada por Joaquim Luis Osório, na qual foi proposta a criação da Associação Pelotense de Educação.”

Depois de acatada a idéia de fundar a secção pelotense da ABE, passou-se a sua organização e várias reuniões foram realizadas com a finalidade de compor a diretoria e estabelecer a dinâmica da secção. A primeira diretoria foi composta por pessoas ilustres da cidade que apresentavam importantes vínculos nas instituições de ensino.

#### **Secção pelotense da Associação Brasileira de Educação** Conferências pedagógicas

Essa importante associação pelotense de educação e que no ano anterior esteve sob a direção esclarecida do devotado, Dr. Joaquim Luis Osório, seu abnegado criador, este ano continuará a sua brilhante rota de



realizações em prol do ensino em nossa terra.

Diversos e valiosos são os trabalhos de que se orgulha essa sociedade em prol do ensino em nossa terra.

Agora sob a direção infatigável de Dr. Fernando Osório, espírito admirável de intelectual todo voltado aos empreendimentos da cultura e sempre prontos as idéias que representam cooperação social, a secção pelotense, cada vez mais prospera. (DIÁRIO POPULAR, 11/01/1929)

De acordo com Cardoso (2005, p.57), a crença de que a educação era o caminho para um mundo melhor fazia parte da ambição da seção Pelotense da ABE.

Uma das ambições da Secção Pelotense da Associação Brasileira de Educação era ampliar a oferta de ensino e garantir que a educação oferecida na cidade de Pelotas, em todos os níveis, tivesse qualidade e pudesse resolver os problemas que assolavam a sociedade local. Assim, também a exemplo daqueles que estiveram a frente da ABE, a crença de que a educação era o caminho para uma sociedade melhor também esteve fortemente presente entre os intelectuais pelotenses que criaram a Associação Pelotense de Educação, sendo mesmo a razão de sua criação e existência.

A forma de organização da secção pelotense seguia a orientação da ABE de formar comissões a partir da necessidade local. Destaca-se que as comissões eram divulgadas nos meios de comunicação local, bem como os trabalhos propostos para o ano.

#### **Associação Brasileira de Educação secção pelotense**

Em reunião ontem efetuada do conselho diretor ficou aprovado o programa para este ano de trabalhos desta benemérita associação.

Foram organizadas as respectivas comissões de ensino primário e normal, secundário, profissional, técnico e superior, educação física e Higiene moral e cívica e da infância abandonada.

Entre as deliberações tomadas a secção pelotense resolveu dar início este mês a uma série de palestras e conferências educativas. (DIÁRIO POPULAR, 11/04/1929)

Muitas seriam as ponderações sobre a secção pelotense da ABE, pois há vários indicadores da sua atuação nos jornais analisados, mas destacamos aqui a

gestão referente ao ano de 1929, ano em que é fundada a Associação Sul Rio-Grandense de Professores.

**Quadro 2 – Membros das diretorias da Associação Sul Rio-Grandense de Professores e da Associação Brasileira de Educação – Secção Pelotas**

	Associação Sul Rio-Grandense de Professores – fundada em 1929	Associação Brasileira de Educação secção Pelotas
Gestão 1929	Presidente - Jenny Oliveira Passos; Braulinda Fernandes Alice D' Ávila Joaquim Alves da Fonseca (*)  José Grunwald Emilio Boekel (*) Virgilio Carreiro Leão <sup>21</sup>	Emílio Boekel (*) Joaquim Alves da Fonseca (*) Ataliba Paz Guilherme Echenique Juvêncio Lemos Helena Pillmann Francisco Behrendorf Osório <sup>22</sup>

(\*) Membros que fazem parte de ambas as diretorias.

A Associação Sul Rio Grandense de Professores foi fundada em outubro de 1929 e na diretoria desta Instituição participam duas pessoas que faziam parte da diretoria da secção pelotense da ABE (ver Quadro 2). Emilio Boekel veio para a cidade, neste ano, para ser o primeiro diretor da Escola Complementar.

A secção pelotense da ABE gradativamente desaparece dos jornais analisados, na década de trinta, quando se passa a notar o fortalecimento da Associação Sul Rio Grandense de Professores e Associação Católica de Professores. Ao que tudo indica, Associação Sul Rio Grandense de Professores passou a ser legítima representante local dos interesses ligados ao ensino laico.

Embora no cenário educacional Pelotas apresente uma quantidade razoável de escolas é interessante observar que a remuneração dos professores é mencionada na imprensa local como insatisfatória, pois não acompanha o custo de vida e não possibilita uma subsistência adequada.

#### **Os Professores pleiteiam aumento de vencimentos**

Há poucos dias, quando noticiamos sobre o movimento de protesto efetuado na capital da República pelos estudantes dos cursos secundários,

<sup>21</sup> Diário Popular 16/10/29

<sup>22</sup> Diário Popular 27/10/29

ao fazermos referências à remuneração dos professores de determinados estabelecimentos, assunto que se ligava à atitude dos referidos estudante, citamos como exemplo o caso do colégio pelotense onde, há 18 anos, os vencimentos permanecem sem alteração apesar do aumento do custo de vida que se vem verificando acentuadamente.

Nesse mesmo comentário, ressaltamos a necessidade de uma providência urgente no sentido de que esta situação não se prolongue por mais tempo, pois nada mais justo do que procurar corresponder da melhor forma possível, ao sacrifício daqueles que empregam todo o seu esforço no preparo intelectual das gerações futuras.

A propósito desse assunto, fomos informados de que os professores do referido educandário dirigiram há poucos dias ao Dr. Silvio da Cunha Echenique, prefeito municipal, um extenso ofício através do qual expunham detalhadamente todas as suas justas aspirações. (DIÁRIO POPULAR, 13/06/1945)

A nota acima indica a desvalorização econômica do magistério. Dezoito anos sem reajuste provoca uma significativa redução no potencial de compra do trabalhador docente. Certamente o custo de vida aumentou e o salário deste profissional se tornava defasado.

Ainda sobre a remuneração dos professores pelotenses na década de 1930, Amaral (2005, p.124) afirma que embora houvesse um certo prestígio atribuído àqueles que se dedicavam ao ensino, esse prestígio não representava uma maior remuneração.

Embora fosse próprio da época atribuir prestígio, distinção e respeito a todos aqueles que se dedicavam ao ensino, isto não significava uma justa retribuição pecuniária aos professores. Não só os professores de estabelecimentos mantidos pela iniciativa privada por vezes passavam por dificuldades financeiras mas, e principalmente, os professores de escolas públicas, cujos salários além de serem baixos, chegavam a atrasar por vários meses. No entanto, é inegável que os professores de estabelecimentos particulares gozavam de um maior status em relação aos professores das escolas públicas.

Pode-se ver que fazer parte do professorado pelotense pode ser algo que, na década de 1930, parece garantir uma certa respeitabilidade e prestígio social, mesmo que esta respeitabilidade nem sempre se traduza em boa remuneração.

## 5. As instituições associativas em questão

As instituições docentes focadas neste trabalho surgiram na cidade de Pelotas, conforme já foi dito, próximo à década de 1930, e buscaram se consolidar como uma forma de representação dos professores na cidade.

Cabe lembrar que estas instituições, neste período, são estimuladas pelo Estado, na forma de organização sindical, assim como os Círculos Operários, já citados anteriormente. Este era um tema muito discutido pela sociedade, como indica a nota abaixo.

### **Associações: representação Profissional**

A liberdade de associação é forma preciosa das garantias oferecidas pelo direito público.

Aos cidadãos assiste a faculdade de se reunirem sob a bandeira associativa para exercer em conjunto uma atividade comum, com um objetivo lícito.

Ao Estado cumpre assegurar a liberdade de associação, em toda a sua plenitude.

É essa uma conquista da civilização, proclamada em todos os condignos políticos modernos, sem outras restrições que não sejam as dispostas pela moral e ordem pública.

Mas, não bastava assegurar o direito de associação. Era mister protegê-lo. E o Estado vem ao encontro do regime associativo, dando-lhe a proteção que merece. (DIÁRIO POPULAR, 12/01/1933)

De acordo com Nóvoa, as adesões coletivas, no caso do professorado, propiciam a formação de uma identidade profissional:

A profissão docente exerce a partir da adesão coletiva (implícita ou explícita) a um conjunto de normas e de valores. No princípio do século XX, este 'fundo comum' é alimentado pela crença generalizada nas potencialidades da escola e na sua expansão ao conjunto da sociedade. Os

protagonistas deste desígnio são os professores, que vão ser investidos de um importante poder simbólico. A escola e a instrução encarnam o progresso: os professores são os seus agentes. A época de glória do modelo escolar é também o período de ouro da profissão docente. (NÓVOA, 1991, p.16)

A escola, na década de 1930, passa a ocupar um espaço de maior significação para a sociedade, sendo entendida como formadora de cidadania e é responsabilizada pelo progresso do país. Conseqüentemente, o professorado recebe maior destaque social. De acordo com Vicentini (2004, p.10) há uma “visão fortemente idealizada da docência que exaltava o sacrifício e a abnegação daqueles que a exerciam e eram relegados ao esquecimento a despeito da nobreza de sua missão”.

A organização coletiva dos professores propicia a consolidação e a valorização do seu fazer específico. Assim, fortalece-se a compreensão de que para exercer o magistério é necessário um rol de conhecimentos afins, idéia que potencializada estimula a profissionalização do magistério.

A visibilidade propiciada aos professores pelotenses através da atuação da Associação Católica e Associação Sul Rio-Grandense de Professores é algo significativo na história local da profissão docente.

O município de Pelotas foi sede, na década de 1930, de duas instituições que realizavam atividades diversas e relevantes junto ao professorado. As Associações focadas a seguir representam posições ideológicas distintas: uma apresenta vínculo explícito com a Igreja Católica e a outra parece omitir-se deste posicionamento.

O contato com ambas as instituições representativas foi propiciado pelo questionamento a respeito da valorização docente em Pelotas. Ao pesquisar o contexto histórico, com foco no professorado, logo surgiram vários indícios da ação destas instituições.

## 5.1 - A Associação Sul Rio-Grandense de Professores

Conforme dito anteriormente, a Associação Sul Rio-Grandense de Professores foi criada em 1929, com sede na cidade de Pelotas. De acordo com o Estatuto tinha por objetivo ser uma representação dos professores da região.

A primeira diretoria da Associação Sul Rio-Grandense de Professores foi composta pelos seguintes professores: Jenny Oliveira Passos, Brulinda Fernandes, Alice D' Ávila, Joaquim Alves da Fonseca, José Grunwald, Emilio Boekel e Virgilio Carreiro Leão. Todos os diretores eram pessoas conhecidas junto ao professorado pelotense.

A criação da Associação foi divulgada através dos jornais locais no mês de outubro de 1929, aproveitando a ocasião para homenagear os professores pelo dia do professor.

### **Dia do Professor**

Ontem foi o dia consagrado no Rio Grande do Sul aos obreiros infatigáveis da instrução: os professores.

Para estreitar os laços de união e defesa da classe, foi fundada a Associação Sul Rio-Grandense de Professores com o que muito lucrará a instrução e a educação entre nós.

Da ilustrada Associação fazem parte distintos elementos de nosso magistério oficiais e particulares, quer do ensino científico ou literário, quer do artístico ou profissional. (DIÁRIO POPULAR, 16/10/1929)

A Associação realizava suas reuniões na Biblioteca Pública Pelotense e uma das primeiras ações da instituição foi definir o Estatuto. Abaixo, o trecho referente aos objetivos:

Art.1 - Os principais objetivos da Associação Sul-Grandense de Professores, fundada em Pelotas, no dia 14 de outubro de 1929, são os seguintes:

a) – Pugnar pelo aperfeiçoamento da instrução e da educação no Rio Grande do Sul, introduzindo métodos e processos novos, adaptando outros já usados em alguns países, criando bibliotecas, gabinetes e laboratórios pedagógicos, realizando palestras, promovendo congressos, caravanas de

professores, etc.;

b) – Procurar manter e aumentar a coesão entre os vários elementos que, no Rio Grande do Sul, se dedicam ao magistério oficial ou particular, seja primário, secundário, superior, profissional ou artístico;

c) - Manifestar-se sobre reformas ou modificações feitas nos vários departamentos da instrução e educação relativas ao problema educativo no Rio Grande do Sul;

d) – Intervir, sendo solicitada, na defesa dos direitos ou da reputação dos seus associados quando estes injustamente forem prejudicados; desde que essa ação não prejudique outros associados;

e) - Criar secções em todos os municípios do nosso estado;

f) - Aproximar os Pais dos professores;

g) - Solenizar, em todo o Estado, o dia 15 de outubro, consagrando ao professor.

Através dos objetivos anunciados percebe-se que a instituição já buscava ser uma representação Estadual dos professores, bem como se consolidar como espaço de formação, representação e reivindicação do professorado gaúcho.

A estrutura organizacional da Associação era inicialmente constituída por reuniões do Conselho Diretor, que reunia a diretoria da entidade, e as reuniões de assembléia geral, que reuniam os sócios de forma geral. A convocação para a Assembléia era feita através dos jornais da cidade e este fórum era responsável pela eleição do Conselho Diretor, como se pode ver na seguinte passagem:

#### **Associação Sul Rio Grandense de Professores**

##### **Assembléia geral**

De acordo com o Art. 5 dos Estatutos, são convocados todos os sócios, em pleno gozo de seus direitos, para a reunião de assembléia geral a se realizar no próximo sábado, 8 de outubro, na nossa sede social, no edifício da Biblioteca Pública Pelotense, às 17 horas.

Ordem do dia: Eleição do Conselho Diretor. (A OPINIÃO PÚBLICA, 06/10/1932)

As notas que fazem a convocação para a Assembléia Geral eram publicadas mais de uma vez e em mais de um jornal, o que nos indica o empenho da diretoria no intuito de efetivar a Assembléia Geral da Associação.

Cabe observar que a Associação foi fundada próximo ao dia do professor; sendo assim, sempre no mês de outubro são abundantes as notas que fazem

referência à instituição, como na notícia a seguir transcrita:

**Solenemente comemorada a data de fundação da A . S. R. de  
Professores**

Foi orador oficial da solenidade o professor F. Collares. Interessante hora de arte, com a participação de destacados elementos dos meios artísticos pelotenses.

Realizou-se, sábado ultimo, às 20:30 horas no salão nobre da Biblioteca Pública Pelotense, uma reunião litero-musical, promovida pela Associação Sul Rio-Grandense de professores em comemoração ao 10º aniversário de fundação dessa conceituada entidade.

A solenidade revestiu-se do máximo brilhantismo, tendo sido assistida por numerosa e seleta concorrência.

Fez o discurso oficial o Sr. Alvacir F. Collares, que recebeu ao terminar sua bela oração farta salva de palmas. (DIÁRIO POPULAR, 17/10/1939)

Em Porto Alegre, foi fundada, em setembro de 1930, a Associação Riograndense de Educação, após a fundação da Associação Sul Rio-Grandense de Professores, e nota-se a seguinte discussão, nas atas, ao tratar da filiação em mais de uma instituição:

Não há inconveniente algum em ser sócio de ambas; ao contrário há até vantagens, pois a Associação Riograndense de Educação, apesar de ser de importância e utilidade, não trata de ponto capital para nós, a defesa dos interesses do professor. (Ata do conselho diretor, 16 – 22/11/1930)

Dentre as atividades desenvolvidas pela Associação é possível destacar as de formação do professorado, como cursos e palestras; atividades de comemoração e confraternização, principalmente o dia do professor; atividades de representação e descentralização da instituição, através da criação de pontos da Associação em outros municípios do Estado; e, por último, mas em igual importância, as atividades de arrecadação financeira para manter a Associação.



### 5.1.1 Atividades de Formação

As atividades de formação para os professores ocupam maior destaque dentre as realizadas pela instituição; em vários momentos são divulgadas palestras para capacitar o professorado sobre alguma temática específica.

#### **Associação Sul Rio-Grandense de Professores**

Sexta-feira próxima inicia suas palestras didáticas sobre física, química, biologia, psicologia, literatura e português na Associação Sul Rio-Grandense de Professores.

Tais preleções destinadas aos sócios e a outras pessoas interessadas em nossa instrução se farão às quartas e sextas-feiras das 17h às 18h na Biblioteca Pública Pelotense. (A OPINIÃO PÚBLICA, 02/09/1933)

Como se pode ver, as temáticas abordadas nas palestras e cursos eram variadas: história, geografia, português, literatura, biologia, psicologia, física, química, infância, saúde pública são exemplos de algumas comumente realizadas.

As atividades de formação eram desenvolvidas durante o ano e muitas vezes os palestrantes eram representantes da Associação ou do magistério local. De forma geral, as atividades eram divulgadas através da imprensa e abertas aos professores e à comunidade, independente de serem ou não associados.

#### **Associação Sul-Rio-Grandense de Professores**

Palestras Culturais do Corrente ano

Já reiniciou seus trabalhos no corrente ano esta apreciada Associação.

Na reunião de segunda-feira, foi deliberado que, no próximo dia 19, serão inauguradas as palestras culturais do corrente ano, engarregando-se gentilmente da inicial o Sr. Tenente Eliezer de Menezes, talentoso beletista, que dissertará sobre o esforço literário e uma Pátria Viva.

[...] (OPINIÃO PÚBLICA, 17/04/1941)

Nos vinte anos pesquisados, a Associação sempre realiza atividades de formação e os temas propostos para o debate acompanham o contexto social do período. No governo de Vargas, a Associação propiciou vários espaços de formação e discussão junto aos professores que estimulavam a aplicabilidade da política de

governo. O nacionalismo e a exaltação da pátria fizeram parte dos momentos formativos da Associação.

### 5.1.2 O Dia do Professor

Sobre o dia do professor, a partir de Vicentini (2004), pode-se indicar que a comemoração da data surgiu em 1933, quando a Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal tomou a iniciativa de comemorá-la fazendo uma homenagem aos primeiros mestres. Embora tenha surgido por iniciativa da Igreja Católica, o dia 15 de outubro assumiu, com o transcorrer do tempo, outros significados que não aqueles vinculados ao Catolicismo. Vicentini (2004, p.16) afirma que:

A celebração do Dia do Professor afirmou-se como um modo de dar visibilidade ao magistério, assegurando-lhe um espaço não só para divulgar os festejos da data, mas também para explicitar os problemas enfrentados pela categoria e os embates travados para legitimar diferentes concepções sobre a profissão.

A Associação Sul Rio-Grandense de Professores comemora o dia do professor de forma festiva e há um visível empenho da diretoria em realizar as comemorações nesta data, inclusive em oficializá-la como feriado. “[...]a quinze de outubro, dia do professor, publicar-se-á um convite nos jornais para que sejam suspensas todas as aulas desta cidade, no referido dia quinze de outubro.” (Ata do conselho diretor, 44 – 28/09/1932).

Para comemorar o dia do professor o Sr. Presidente comunicou que o Dr. Valdemar Lages se prontificou em convidar elementos para uma 'hora de arte' e o Dr. Apodi Almeida de Oliveira para o discurso oficial. Ainda nesta reunião o Sr. Presidente comunicou que telegrafara ao Prefeito Municipal, Escola de Belas Artes, Diretor de Instrução Pública Municipal e Escola Municipal de Comércio, solicitando-lhes que fosse guardado o dia do professor. (Ata da assembléia ordinária, 09 – 12/10/1935)

Dentre as comemorações destaca-se a preocupação em reunir para confraternizar e propiciar um espaço de convívio entre os professores. “Como está sendo anunciado realizar-se-á amanhã, às dezessete horas, a conferência promovida por esta associação, em homenagem ao Dia do Professor.” (Ata do Conselho Diretor, 189 – 14/10/1941). Segue abaixo outro trecho com destaque para a confraternização e a integração.

Organizado pelo Sr. presidente e com a aprovação do conselho, realizou nessa noite, no salão de honra da biblioteca pública, um programa litero-musical em comemoração ao dia do professor, comparecendo inúmeros sócios e amigos da classe professoral. (Ata da assembléia ordinária, 170 – 14/10/1940)

Paralelamente, percebe-se a preocupação da diretoria em anunciar à comunidade, através dos meios de comunicação (rádio e jornais), as iniciativas da instituição no que se refere à valorização do professor nesta data.

Organizado pelo Sr. Presidente com a aprovação do conselho realizou-se na sociedade difusora rádio Cultura um programa litero musical, em comemoração ao dia do professor, resolvendo os mesmos convidar para a solenidade os associados, demais professores e amigos da classe professoral. (Ata do conselho diretor, 144 – 14/10/1938)

Destaca-se uma nota publicada no jornal “A Opinião Pública” (15/10/34) na qual o presidente da Associação faz um apelo à imprensa para divulgar as atividades referentes ao dia do professor.

Lembrou a necessidade de se comemorar em todo o estado o Dia do professor, 15 de outubro, dizendo que a imprensa amiga do professor auxiliaria em grande parte o reconhecimento desta data, publicando, transcrevendo as comemorações que se fizessem alusivas ao dia [...]

Hoje às 20 horas, em ponto, no Studio da S. D. Rádio Cultura, a associação, com o programa que temos publicado, realiza uma prometedora Hora da Arte, comemorativa do 5º aniversário de sua fundação, ontem transcorrido.

As atividades realizadas para comemorar o dia do professor eram diversas e variáveis de um ano para o outro. Usualmente organizava-se uma atividade de formação e uma atividade festiva na seqüência.

#### **Associação Sul Rio-Grandense de Professores**

Realiza hoje às 22 horas nos elegantes salões do Centro Português, seu promissor chá dançante.

Grande encontro promete a noitada de louvável confraternização da classe 'professoral' de Pelotas, a quem é dedicada!

Quarta-feira teremos o dia do professor, promovido pela Associação, a palestra do ilustre Prof° Dr Salvador Pertucci que dissertará sobre a Cultura da Inteligência. (DIÁRIO POPULAR, 11/10/1941)

#### **Comemorado, condignamente, ontem, nesta cidade, o 'Dia do Professor'**

Assistência das mais numerosas e das mais seletas festejou, com prolongadas palmas, os elementos que tomaram parte na Hora da Arte promovida pela Associação Sul Rio Grandense de Professores. [...]

Vultuosa e fina assistência a ela compareceu, festejando com prolongadas palmas os diversos elementos que tomaram parte da festa.

A palestra a cargo do Prof. Paula Alves, versou sobre a necessidade do espírito associativo, salientando o prestígio, utilidade e simpatia da Associação de Professores locais. (DIÁRIO POPULAR, 25/10/1940)

Juntamente com o dia do professor, a Associação Sul Rio-Grandense de Professores comemora o seu aniversário em quatorze de outubro<sup>23</sup>; assim, as comemorações realizadas pela instituição no mês de outubro visam comemorar ambas as datas e disputar a atenção da sociedade pelotense para o professorado.

### **5.1.3 Descentralização e representação**

Como foi mostrado com informações do estatuto, a Associação tem como objetivo a criação de secções em outras cidades, a fim de descentralizar a Instituição e ser uma representação Estadual. Isso não ocorre de forma tão tranqüila, pois alguns municípios não concordavam com os princípios explicitados

---

<sup>23</sup> Segundo nota publicada no jornal 'A Opinião Pública' de 13/12/1929 a data de fundação da Associação Sul Rio-Grandense de Professores e 14/10/1929.

nos Estatutos da Associação.

O Estado contava com outras associações, o que propiciava um ambiente de disputa ideológica entre elas. Mas no caso da Associação Sul Rio-Grandense de Professores, nota-se, através da Ata nº14 do Conselho Diretor, que foram criadas secções da Associação em Rio Grande, Bagé, Dom Pedrito, Cachoeira e Caxias. Naqueles municípios em que não existiam as condições necessárias para montar uma secção, mas havia interesse de professores em participar da instituição, estes poderiam fazê-lo na modalidade de sócio correspondente.

Na modalidade de sócio correspondente o vínculo era estabelecido direto com a Associação Sul Rio-Grandense de Professores, através de correspondência. Este tipo de vínculo permitia somente uma relação com quantidades menores de professores.

#### **5.1.4 Arrecadação**

A forma de arrecadação utilizada pela instituição era através da colaboração financeira dos associados e das arrecadações em atividades realizadas, tais como: palestras, confraternizações, cursos e outras atividades deste tipo.

Os gastos realizados pela Associação eram os demandados para manutenção da instituição como, por exemplo, passagens, alimentação para palestrantes, material de escritório, notas na imprensa divulgando atividades, assembléias, assessoria jurídica e outros.

Na nota abaixo, a associação realiza uma atividade de formação, divulgada nos meios de comunicação local, e de forma muito tímida solicita a contribuição financeira dos participantes:

### **Associação Sul Rio-Grandense de Professores**

Reiniciaram-se quarta-feira as sessões do conselho Diretor desta útil Associação.

Entre outras resoluções assentadas na referida reunião, figura a da realização de palestras pedagógicas a cargo de componentes catedráticos daqui e da capital do Estado.

Tais palestras, embora sejam para recreio ou ilustração dos associados, poderão ser assistidas, mediante módica entrada, por outras pessoas.

Assim a Associação não só contribuirá, na medida das suas forças, para o progresso intelectual de nossa cidade, como também pode obter meios de aumentar o seu fundo beneficente. (A OPINIÃO PÚBLICA, 24/07/1933)

Em 1932, foi realizado um festival em prol da Associação que necessitava angariar fundos e nesta atividade a fala do presidente afirma que 'falta recompensa material'; entende-se recompensa material como remuneração, logo falta remuneração aos professores. Neste período, as reivindicações no que se refere à remuneração pouco aparecem em atas, jornais ou falas de professoras, porém o trecho abaixo nos indica que os valores pagos a esses profissionais eram pouco significativos e não correspondiam ao esforço e empenho dispensados pelos professores.

### **Associação Sul Rio-Grandense de Professores**

Festival em seu benefício

Com platéia e camarotes repletos, realizou-se, ontem, no Theatro 7 de Abril, o festival em benefício desta associação, promovida pelos grupos escolares Dr. Joaquim Assumpção e D. Antonia.

A assistência manifestou seu agrado ao desempenho do variado programa, aplaudindo prolongadamente os tenros e inteligentes artistas.

Alguns números, em vista de incessantes pedidos, foram bisados.

Num dos entreatos falou agradecendo aos presentes a sua valiosa contribuição o Sr. Prof. Paula Alves, presidente da Associação Sul Rio-Grandense de Professores.

Salientou principalmente o conforto moral dos presentes, pois aquelas demonstrações de apreço e auxílio ao professor muito animam a este, a quem pouco sorriem recompensas materiais.

Disse o orador que já nutria o receio de em breve o magistério primário e secundário sofresse uma grande crise em conseqüência da falta de professores de ambos os sexos, pois os do sexo masculino já são escassos. Entretanto aquela festa era muito expressiva, e os mestres, assim correspondidos poderão continuar na sua missão.

Termina apelando para a repetição daqueles exemplos de auxílio ao professor nas suas manifestações de humanidade e patriotismo, pois assim teremos todos contribuído para a grandeza do Brasil.

Os nossos cumprimentos às esforçadas diretoras dos citados grupos escolares, bem como ao ensaiador Sr. Horácio Campos e Maestro F. Castro. (A OPINIÃO PÚBLICA, 25/10/1932)

Em 1933, aparece com destaque nas atas e nos jornais uma campanha realizada pela Associação, que buscava angariar verbas para custear um advogado em prol de uma professora. Tal campanha recebeu doações de todo o Estado e os valores doados eram divulgados nos meios de comunicação, bem como a instituição que fazia as doações.

#### **Associação Sul Rio-Grandense de Professores**

[...] O apelo que a Associação dirigiu aos colégios do Estado no sentido de angariar meios para contratar um advogado que acompanhe o processo movido contra o agressor da professora D. Maria Amorim, diretora da Escola de Caxias, vai tendo acolhimento.

Por enquanto sabemos das seguintes contribuições:

Colégio Felix da Cunha 200\$000.

Escola Complementar de Caxias 200\$000

Colégio Elementar de Dom Pedrito 75\$000

Colégio de S. Pedro 30\$000

Colégio E. Taquara 50\$000

Colégio E. S. Gabriel 35\$000. (A OPINIÃO PÚBLICA, 07/11/1933)

O caso da professora Maria Amorim ocupou várias reuniões da diretoria da associação e outras notas foram publicadas divulgando doações. Cabe destacar que o caso chocou e sensibilizou o professorado pela agressão à professora e também pela impunidade do ato. A contratação do advogado objetivou processar o agressor e fazer com que o mesmo, de alguma forma, fosse penalizado pelo seu ato. O que não aconteceu.

## **5.2 – A Associação Católica de Professores e Cultura Social**

Num contexto de disputa e efervescência política surge na cidade de Pelotas a Associação Católica de Professores. A Igreja, de acordo com Gonçalves (2007, p.156), a partir da década de 1920, rompeu com seu núcleo duro e recorreu às

associações literárias, culturais e de imprensa, aglutinando intelectuais em seu projeto de (re)atualização.

A Associação Católica de Professores foi fundada na cidade de Pelotas na década de 1930. Em 1932 aparece uma nota no jornal “A Palavra” que divulga a Associação de Professores Católicos do Rio de Janeiro e convoca os professores católicos a organizarem-se em associações a fim de defenderem os interesses da religião católica:

Projeta-se nos meios católicos desta cidade fundar uma sucursal da Associação de professores católicos com sede em Niterói.

É grande a importância dessa associação e não menores serão os seus frutos para a classe do professorado e para a religião.

Para o professorado tem um fim útil e nobre. Pretende ela fundar a casa do professor, destinada não só a servir de casa de cômodos para as mestras que muitas vezes não sabem onde se alojar na cidade para onde são nomeadas, mas também para manter cursos de aperfeiçoamento para os seus sócios com preços mais reduzidos.

Visa essa associação sobretudo o bem da religião.

Até agora o nosso professorado católico tem hora alguns casos se mantido indiferente a certas questões que dizem respeito à religião e dum modo especial ao ensino religioso.

Quando foi por ocasião do decreto do ensino religioso facultativo nas escolas passaram-se vários telegramas de felicitações ao governo. Mas esse decreto não era e nem é definitivo. Pode ser anulado de um momento para o outro.

Urge, pois, que os católicos, mas especialmente os professores católicos, se unam em associações e empreguem todos os seus esforços para que esse decreto se torne efetivo.

Não é só nesse ponto que os professores podem ser úteis à religião. Mas também por ocasião das eleições concorrendo com o seu voto para candidatos que sejam a favor da religião. E esses votos podem ser numerosos, pois tendo agora em nosso país as mulheres o direito do voto, e sendo o professorado, em grande parte constituído de elementos femininos, achamos que esses votos não serão de desprezar.

São essas em resumo as finalidades da Associação de Professores Católicos e parece-nos, como bem disse há dias um membro de destaque do nosso professorado que onde se fundar essa associação todo o professor católico tem o dever de nela se inscrever (A PALAVRA, 04/09/1932)

Aproximadamente um ano após a publicação da nota acima surge no mesmo impresso a divulgação de um curso de Filosofia, organizado pela Associação de Professores Católicos:



### **Associação de Professores Católicos**

#### Curso de Filosofia

Organizado pela associação de professores católicos, desta cidade, qual escolheu para patrono o venerável P. José de Anchieta, foi inaugurado, no dia 14 passado, em uma das dependências do conceituado Colégio Félix da Cunha, o curso de Filosofia.

(...)

Merece elogios essa grande iniciativa da culta associação de professores católicos, que assim vem preencher uma lacuna que existia em nosso meio intelectual, caracterizada na falta de um curso superior de Filosofia. [...] (A PALAVRA, 23/07/1933)

No mesmo ano do curso de Filosofia, em outubro, aparece uma homenagem aos professores intitulada 'O dia do mestre' e organizada pela Associação de Professores Católicos.

#### **O "dia do Mestre"**

Passou o 15 deste o dia que foi consagrada a celebração da memória do nosso primeiro mestre, desse obscuro e abnegado guia que nos levou ao conhecimento das primeiras letras.

Não há como negar que esta consagração é das mais justas, como também muito justas as homenagens que hoje prestamos àquele a quem devemos uma gratidão incorredoura.

Por assim julgar, foi que Associação de Professores Católicos de Pelotas resolveu solenizar o 'Dia do Mestre' com a celebração de uma santa missa que teve lugar na catedral às 8h. [...] (A PALAVRA, 22/10/1933)

Cabe retomar que em 1933 foi o primeiro ano, por iniciativa da Igreja Católica, de comemoração do dia do professor. De acordo com Vicentini (2004), a Associação de Professores Católicos do Distrito Federal estimulou a homenagem aos primeiros mestres com intuito de agrupar em âmbito nacional os professores católicos.

Em 1933, a Associação dos professores Católicos do Distrito Federal (APC-DF) festejou o Dia do Primeiro Mestre com uma missa e uma sessão cívica realizada no Instituto de educação do Rio de Janeiro, tendo como referência a data da 'primeira lei sobre o ensino primário no Brasil', marcada pela aliança entre o estado e a Igreja no país, pois em 15 de outubro de 1827 o senado do império criou escolas de primeiras letras e designou para as paróquias existentes no Brasil. Tal idéia partiu do presidente da APC-DF (Everardo Backheuser) que atuou na Associação Brasileira de Educação (ABE) e, após a sua reconversão ao catolicismo em 1928, enganhou-se na arregimentação do magistério católico mediante a fundação da APC-DF. (VICENTINI, 2004, p17-18)

A Associação de Professores Católicos de Pelotas surge em um contexto nacional de ampliação e intervenção organizada da Igreja junto ao magistério. A Associação Católica de Professores é contemporânea de várias outras associações católicas que surgiram com o objetivo de disputar a ideologia católica na sociedade em oposição clara aos preceitos da ABE e do escolanovismo.

A singularidade da Associação de Professores Católicos colocava-se principalmente num campo de atuação que possibilitasse uma maior penetração social. A educação formal era o “calcanhar de Aquiles” da Igreja naquele período e através do magistério era possível ter acesso, inclusive, a escolas públicas, independente da política pública. “É um direito inalienável da igreja, e ao mesmo tempo um dever que não pode dispensar-se, vigiar sobre a educação dos seus filhos os fiéis, em qualquer instituição que seja pública ou particular.” (A PALAVRA, 10/05/1930)

A Igreja Católica disputa a oficialização do ensino religioso nas escolas, reivindicação digna de polêmica e com muitos contrários a ela. Nesta ação os professores também eram fundamentais, pois afirmariam com conhecimento de causa a importância do catolicismo nas escolas.

Na cidade de Pelotas a Associação Católica de Professores foi fundada, ao que tudo indica, em 1933, pois em 1934 foi encontrada uma nota com referência à existência da Associação há mais de um ano na cidade de Pelotas.

#### **Associação Católica de Professores e de Cultura Social**

Há mais de um ano funciona nesta cidade a associação de professores católicos com a finalidade das existentes em todas as grandes cidades do Brasil. Ultimamente de acordo com a autoridade eclesiástica, tentou o Clérigo Heitor Cavalcante congregar os intelectuais católicos de nosso meio, no intuito de fundar aqui uma filial do centro Don Vital do Rio de Janeiro. Os trabalhos para a organização da nova sociedade iam seguindo o seu curso natural, quando surgiu a idéia de fundar a A.P.C e os elementos do Centro em formação, numa única sociedade com fins que ambas se propunham a atingir para o bem da ação social católica.

Daí surgiu a associação católica de professores e cultura social que, no último domingo se instalou solenemente num dos salões da biblioteca , que lhe serve de sede.

O ato revestiu-se de discreta e imponente solenidade. (...)

Finalmente o Revmo. Sr Dom Joaquim encerrou a sessão congratulando-se com a nova associação e angurando-lhe os melhores resultados na Campanha de formação moral, religiosa e intelectual em nosso meio social. (A PALAVRA, 17/06/1934)

No Brasil, a Associação Católica de Professores funde-se com o Centro Dom Vital e passa a ser denominada a partir de então Associação Católica de Professores e Cultura Social. A partir deste momento pode ser observado um período de intensas atividades realizadas por esta instituição:

#### **Associação Catholica de Professores e de Cultura Social**

Na última segunda-feira, às 20h horas, na sua nova sede, realizou-se a primeira palestra com que esta novel associação procura cultivar o espírito dos seus associados. (A PALAVRA, 08/07/1934)

O professor Everaldo, presidente da Associação Católica de Professores do distrito Federal, foi trazido a Pelotas em 1934 com o objetivo de realizar uma palestra para os professores. Como já foi dito, este era um importante militante da Igreja.

Associação Católica de Professores e Cultura Social: em brilhante conferência pronunciada, segunda-feira passada na bibliotheca pública, o professor Everaldo Backheuser, presidente da Confederação Brasileira de Professores Católicos demonstra a necessidade sócio-psicológica do ensino religioso nas escolas. (A PALAVRA, 30/12/1934)

A Associação Católica de Professores e Cultura Social de Pelotas estava vinculada organicamente à Confederação Brasileira de Professores Católicos como nos indica a matéria publicada no jornal “A palavra”.

#### **Professor Everaldo Backheuser**

Deverá chegar amanhã a esta cidade, proveniente de Porto Alegre, o ilustrado Professor Everaldo Backheuser, abalizado catedrático da escola politécnica do Rio e presidente da Confederação Católica Brasileira de Educação.

A Associação Católica de Professores e de Cultura Social, que é

filiada à Confederação, far-lhe-ás no cais do Porto, confortadora recepção, conduzindo-o ao Grande Hotel, onde o ilustre pedagogo será por ela hospedado. (A PALAVRA, 23/12/1934)

A criação da Associação Católica de Professores e Cultura Social ocorre em um momento de reorganização da Igreja Católica, em um momento de ampliação dos espaços de atuação e aglutinação de novos adeptos. As atividades desenvolvidas visam atingir esses objetivos; na maioria das vezes são abertas ao público e também a participação da associação em atividades sociais do município é muito intensa, o que pode indicar uma certa popularidade da instituição.

#### **O Centenário de Pelotas na Associação Católica de Professores e Cultura Social**

Precisamente pelo seu tom de cordialidade, foi nota expressiva, na celebração dos festejos comemorativos do 1º Centenário de Pelotas, a homenagem que a Associação Católica de Professores e Cultura Social prestou à memória do Padre Felício, primeiro vigário de Pelotas e D. Florência Maria do Pilar, a virtuosa senhora que trouxe para Pelotas a imagem de São Francisco de Paula. (A PALAVRA, 07/07/1935)

É interessante notar que embora a Associação Católica realizasse diversas atividades e que as comemorações do dia do professor tenham surgido no Brasil pelo incentivo da Igreja Católica, na cidade de Pelotas são poucas as iniciativas da Associação Católica em torno desta data. Foi a Associação Sul Rio-Grandense que ocupou esse espaço e potencializou as comemorações ao dia do professor.

Outro aspecto interessante é que os associados da Associação Católica de Professores e Cultura Social não estavam, obrigatoriamente, vinculados às instituições escolares católicas, bem pelo contrário, alguns atuavam em escolas públicas, como é o caso da Profª Sylvia Mello, que foi professora do Colégio Felix da Cunha e posteriormente Delegada de Educação do município<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Dados referentes à vida profissional da Profª Sylvia Mello obtidos através do sítio memória da cartilha, por meio do depoimento da Profª Lucy Molina Pires.

### **Associação Católica de Professores e de Cultura Social**

Em sua sede, na última segunda-feira, esta novel e já recomendável associação realizou mais uma de suas palestras quinzenais.[...] A A.C.P.C.S representada por grande numero de sócios, honra a palestra do Snr. Alvacyr Collares, com a crítica no seu verdadeiro sentido, elevada, cheia de espírito e inteligência, em que tomaram parte Dr. Mercio Xavier, Dr. José Mendonça, Prof. Senhorinha Sylvia Mello, Dr. Waldemar Lages, Mons. Sylvano de Souza e Ruy Real. O palestrador enfrentou galhardamente as observações dos dissecadores ao seu trabalho.[...] Muito interessantes e instrutivos, realmente, os serões literários da Associação Católicas de professores e Cultura Social. (A PALAVRA, 22/07/1934)

Os professores católicos eram considerados pela Igreja como militantes, multiplicadores da doutrina católica. A instituição que representa esses professores é a Associação, veja a nota abaixo que faz um apelo à unidade das associações em prol da ação católica:

### **As associações Católicas: fomentar as obras de caridade**

Hoje, mais do que nunca, precisamos de católicos militantes; não podemos ficar inativos diante da gravidade dos males de ordem moral, econômica e religiosa. [...]

E as associações católicas têm sido vantajosamente empregadas nessas obras de zelo e de apostolado. Para a prosperidade dessas obras, as associações têm um valor excepcional, sendo por sua organização um verdadeiro exército que se move para realizar obras de caridade na paróquia. É de notar que essas obras concorrem muito para conservar o fervor das associações. O apostolado é uma manifestação do espírito da associação. (A Palavra, 21/04/1940)

Considerando que os associados estavam vinculados a diversos espaços educacionais do município, inclusive aos públicos, destaca-se que a Associação era um espaço importante de articulação dos professores em prol do ensino religioso nas escolas. Acredita-se que os professores que se vinculavam à Associação Católica estavam comprometidos com a Igreja Católica, logo defenderiam por convicção seus princípios em todos os espaços em que atuassem.

A Associação propiciava formação em diversas áreas do conhecimento para os professores, mas deve-se destacar que uma parcela significativa desses espaços de formação eram ocupados pelos temas referentes à religião católica.

#### **Retiro espiritual para professoras e catequistas**

Porto Alegre, Ginásio Estadual Anchieta, aos 24 de nov de 1935.  
O transcrito com aprovação dos Exmos e Revmos Snrs. Dom João Becker e Dom Antônio, tem a subida honra de convidar-vos, como as demais exmas, professoras católicas que atuam sob a vossa esclarecida direção para um dos retiros espirituais fechados para professoras e catequistas, que realizar-se-ão nos seguintes pontos. (A PALAVRA, 15/12/1935)

O trecho acima demonstra como a Igreja Católica desenvolve sua atuação em relação aos professores. Para a Igreja, ser professora e ser catequista era muito próximo, tanto é que alguns espaços de formação, mesmo em espaços públicos, eram propiciados para ambos.

#### **Associação Católica de Professores e de Cultura Social**

Teve lugar ontem às 20 horas na Delegacia Regional de Ensino a aula inaugural do curso de Filosofia Cristã pelo Revmo. Pe Carlos Johannes.

Achando-se então repleto de nosso mundo social e cultural o recinto do salão nobre, discorreu com brilhantismo o ponto sobre a definição, importância, história, divisão e localização da filosofia cristã.

Hoje realizar-se-ão as primeiras aulas de latim e inglês às 17 e 18 horas respectivamente.

Continuam ainda abertas as matrículas dos diversos cursos, inclusive história e francês, na Delegacia Regional de Ensino. (DIÁRIO POPULAR, 19/04/1949)

A Associação foi um espaço importante para a Igreja, pois possibilitou a intervenção nas escolas públicas que eram foco de disputa na década de 1930. Pode-se supor que muitas das questões educacionais do município foram discutidas nessas reuniões.

### **5.2.1 Atividades de Formação e Integração**

A Associação Católica de Professores realiza atividades de formação, integração, confraternização, discussão e eventos sociais.

#### **Associação Catholica de Professores e de Cultura Social**

Esta associação vem dando um belo exemplo de trabalho e assiduidade no cumprimento dos deveres regulamentares.

Além dos cursos que funcionam em sua sede com grande aproveitamento dos sócios, há as palestras quinzenais que são um verdadeiro encanto para seus freqüentadores. Fez a última palestra o Sr. Ruy Real que bordou os mais importantes comentários sobre o tema: Economia e Caridade.

Na apreciação da palestra do Sr. Ruy Real, falaram vários sócios presentes. O palestrador mereceu lisonjeiras referências a sua palestra que agradou a todos. (A PALAVRA, 02/12/1934)

Muitas dos temas explorados nas atividades de formação são relacionados ao Catolicismo, e aqueles que se relacionam aos conhecimentos de forma geral não podem se opor aos princípios da Igreja.

#### **Associação Catholica de Professores e de Cultura Social Curso de História**

A direção da A.C.P.C.S avisa e convida todos os associados para assistirem ao curso de história da França, a cargo do Dr. Alvorino Mercio Xavier.

As dissertações do competente historiólogo vem sendo feitas todos os sábados, às 20 horas, na sede da Associação – Salão São José.

Estão em estudo presentemente os povos Merovíngios.

Todo curioso em questões historiográficas é todo aquele que aspira alargar os horizontes do seu conhecimento têm na assistência do curso de História da França do Dr. Mercio uma ótima oportunidade de aumentar o seu conhecimento científico e histórico.

Ficam, pois avisados e convidados todos os associados da A.C.P.C.S.  
(A PALAVRA, 21/06/1936)

#### **Associação Catholica de Professores e de Cultura Social**

Realizou-se na ultima 3ª feira uma das reuniões quinzenaes desta associação. Fez palestra o Rvmo. Mons. Sylvano de Souza que tratou da Idade Média, expondo a verdade histórica sobre esse período da civilização christã, tão malcinado pelos incrédulos ignorantes.

Foram indicados para as próximas palestras a Senhorita Maria Dias, Dr. Francisco Bassols, Dr. Waldemar Lages, Professora Aracy Caringi e Senhorita Ernestina Martinez. (A PALAVRA, 14/07/1935)

Dentre as muitas atividades realizadas apresentam-se atividades culturais que cumprem a função de ser um espaço de integração e lazer com garantia moral.

#### **Associação Catholica de Professores e de Cultura Social**

Na última segunda-feira, realizou-se mais um dos interessantes e instrutivos serões desta sociedade. Reunião de fina cultura intelectual, oferece aos

seus componentes uma hora de convívio em que a distinção e o culto da elegância espiritual fazem esquecer vulgaridade da vida cotidiana. (A PALAVRA, 16/09/1934)

### **5.2.2 – Disseminação da organização católica**

Em setembro de 1935, uma nota no jornal “A Palavra” divulga a fundação da Associação Católica de Professores do Rio Grande (município vizinho a Pelotas), consta nesta nota a participação da Associação de Pelotas, bem como de figuras ilustres da cidade.

#### **Associação Católica de Professores e de Cultura Social de Rio Grande**

Na ampla sede católica da União dos Moços Católicos no Rio Grande, gentilmente cedida pelo seu presidente Sr. Lorea Pinto deu-se a inauguração A. P. C. e C. S. Rio Grandina.

Com o salão repleto de Exmas famílias deu-se início a sessão solene.

[...] representantes da associação de Pelotas Professores: Sylvia Mello, Osmânia Campos e Alvacyr Faria Collares [...] (A PALAVRA, 15/09/1935)

A Associação Católica de Professores de Rio Grande interage com a Associação de Pelotas em algumas atividades de confraternização.

No que se refere ao cotidiano da associação e ao aumento na quantidade de sócios pode-se observar alguns apelos para que os professores católicos assumam seu compromisso junto à instituição e se associem.

### **5.2.3 Atividades de militância**

As atividades desenvolvidas pela Associação estão baseadas no compromisso dos professores com a Igreja Católica. A iniciativa da Igreja de estimular a criação das associações foi banalizada pela disputa de espaço político e ideológico; sendo assim, os professores católicos deveriam disputar com fervor



militante uma escola com Deus.

No dia 30 de dezembro de 1934, o jornal “A Palavra” publica uma matéria de página inteira sobre a palestra proferida pelo professor Everaldo Backheuser, presidente da Confederação Brasileira de Professores Católicos, onde estão subsídios para o professorado com argumentos sobre a disputa acerca do ensino religioso nas escolas.

Deteve-se o ilustre pedagogo em analisar três correntes pedagógicas que propõem:

- A) O ensino com Deus
- B) O ensino Contra Deus
- C) E ensino sem Deus
- D) Na verdade reduzem-se a duas, pois a terceira representada no laicismo, identifica-se na segunda. Neutralidade escolar é uma utopia! [...]

A intervenção militante realizada pelos professores católicos baseava-se no convencimento primeiro deles e posteriormente dos outros. “[...] Arruinaremos a Igreja pela escola, e o mestre matará o padre [...] espalharam-se os sectários anticatólicos e a escola leiga é um dos mais monstruosos atentados deste século”[...] (A Palavra,13/01/35). Os trechos acima criticam a escola leiga e reivindicam uma atuação contundente dos católicos.

A cooptação ideológica era o desafio da Associação de professores Católicos e Cultura Social.

## **5.2 Ponderações sobre a Associação Católica e Associação Sul Rio-Grandense**

A Associação Sul Rio-Grandense de Professores e a Associação Católica de Professores surgem em Pelotas em torno da década de 1930 e apresentam importantes atuações no período seguinte. Estas instituições mostram faces diferentes da profissão docente no município de Pelotas.

Nas reflexões sobre representatividade do magistério na cidade de Pelotas, estas duas associações precisam ser consideradas, pois ocupam papel relevante na história da profissão docente pelotense. Os reconhecidos representantes do magistério pelotense que se revesam nas diretorias destas instituições são os responsáveis pelos maiores estabelecimentos de ensino da cidade, o que indica que estas instituições tinham penetração nos maiores e mais importantes espaços educacionais da cidade.

Estas instituições aproximam-se pelas iniciativas de coletivo, propiciadas através das atividades de formação e integração e se afastam pelo caráter político-ideológico.

Durante o período analisado, encontramos apenas uma nota publicada no jornal “A Opinião Pública” que indica atuação conjunta destas instituições na recepção de uma caravana de professores de Rio Grande.

#### **Dia do Professor**

##### **Visita da caravana Rio Grandense**

Muito carinhosamente foram as manifestações com que a Associação local acolheu os representantes da sua filial do Rio Grande.

[...]

No almoço no Grande Hotel estiveram presentes, além dos citados forasteiros, o Presidente da Associação dos Professores Prof<sup>o</sup> Paula Alves, o prof<sup>o</sup> Dr Waldemar Lages, presidente da associação de Professores Católicos [...]

(A OPINIÃO PÚBLICA, 16/10/1933)

Embora, no que se refere à Secção pelotense da ABE, tenha-se encontrado professores que participavam concomitantemente de ambas as associações – ABE e ASRGP, isso não foi identificado entre a Associação Sul Rio-Grandense de Professores e a Associação Católica de Professores, o que pode ser um indicador das disputas nacionais e locais entre católicos e liberais.

## **6 – Considerações finais**

Buscando interpretar, compor e recompor trechos da história da profissão docente, na cidade de Pelotas, destaco que ser professora nas décadas de 1930 e 1940 é algo que imprime status e prestígio social à mulher.

Este status está relacionado ao processo de feminização do magistério que é estimulado pelo Estado. O aumento do número de escolas exigiu um maior número de profissionais habilitados e, considerando a necessidade de ensinar aos pequeninos as primeiras letras, a professora mulher se tornou a melhor opção, pois apresentava características ‘inatas’ para ensinar e cuidar das crianças.

O ingresso da mulher neste mercado de trabalho é aceito socialmente exatamente pelas similitudes entre o fazer de professora e os fazeres ‘do lar’. Por outro lado, para as mulheres é uma possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, de rompimento com limites da família e de autonomia financeira.

A ansiedade das professoras entrevistadas em afirmar: ‘nós éramos valorizadas’ é entendida aqui como consequência de um momento histórico que contraditoriamente valoriza e desvaloriza a profissão docente.

A educação neste período foi fundamental para implementar as políticas de Estado. O professor foi sujeito essencial para ampliar as redes de ensino, possibilitar o letramento e consolidar a nacionalidade brasileira. Nesse sentido, a valorização do magistério e sua responsabilização pelo futuro da nação era uma estratégia do

Estado. O estímulo para a mulher ingressar no magistério fazia parte deste contexto, pois garantia uma força de trabalho necessária, sem maiores inconvenientes.

A formação de professores foi estimulada através da criação de escolas complementares e escolas normais. Através dessa formação, o fazer docente gradativamente ganhava especificidade e já não poderia ser desenvolvido por uma pessoa sem formação, embora ainda hoje existam os “professores Leigos”. O que se quer ressaltar é que com a existência de professores habilitados, estimulados a um profissionalismo, o professorado passa ser mais atrelado ao Estado na forma de funcionários (NÓVOA, 1991).

Cabe retomar a idéia de que a profissionalização do magistério implica em um saber específico para o exercício da docência. No período em análise, a criação de escolas específicas para a formação docente, bem como a valorização desta formação, reforça a idéia de que se vivia um caminho em direção à profissionalização do magistério.

Embora se afirme aqui uma certa valorização social da profissão docente é fundamental considerar que essa valorização não se refletiu na remuneração econômica, como nos mostraram as atas, manifestações e notas dos jornais.

O Estado, ao buscar e garantir o ingresso da mulher neste mercado de trabalho, expande sua intervenção na educação, estimula a valorização social da profissão mesmo que sem uma remuneração condigna ao professorado e, contraditoriamente, evidencia um espaço de valorização e desvalorização da profissão docente.

As duas Associações analisadas constituem-se, em âmbito local, como representações do professorado e, ao mesmo tempo, refletem muito do cenário nacional. Pode-se inclusive sugerir que o surgimento destas instituições indica uma

necessidade de organização coletiva local que é potencializada pelas disputas nacionais, caso contrário não teriam se mantido na cidade.

A ação de ambas Associações indica uma disputa entre defensores da educação laica e educação católica. Esta era uma importante disputa política colocada no cenário nacional e percebe-se tal debate em ambas instituições.

A Associação Sul Rio-Grandense de Professores e a Associação Católica de Professores e Cultura Social ocuparam papel relevante no que se refere à valorização social da profissão docente e constituíram-se como importantes entidades representativas, cada uma, como afirmado anteriormente, com suas finalidades e objetivos. Contribuíram para a profissionalização do professorado, pois além de realizar atividades de confraternização e integração realizavam atividades de formação, estimulando, assim, o fazer específico do professor.

A participação dos professores junto a estas Instituições indica uma necessidade e disponibilidade para a organização coletiva. No caso específico da Associação Sul Rio-Grandense de Professores, a organização coletiva se justifica em prol dos professores, o que indica, de alguma forma, uma articulação com a reivindicação do professorado.

A Associação Sul Rio-Grandense de Professores e a Associação Católica de Professores consolidaram-se na cidade de Pelotas de forma distinta. Através do periódico "A palavra", pode-se concluir que a Igreja Católica exerceu forte influência junto aos professores e a educação no município de Pelotas. Tal ação consolidou-se de forma organizada, através da criação e manutenção da Associação Católica de Professores e Cultura Social, que em vários momentos manifesta o seu objetivo central que é divulgar a doutrina católica.

A análise das incursões publicadas nos jornais leva a concluir que a Associação Católica de Professores surge com a função de propagar e defender os interesses da Igreja Católica junto a instituições educacionais, principalmente nas instituições públicas, pois nas escolas religiosas isso já era garantido, através dos religiosos que lá atuavam e das próprias finalidades dessas instituições. Independente de ser esse o objetivo de sua criação, ela consegue aglutinar e discutir com professores questões referentes à educação durante os 20 anos analisados.

A Associação Católica de Professores e Cultura Social explicita a disputa realizada pela Igreja no país. Embora realizasse atividades de formação sobre temas diversos, as preocupações que aparecem com maior destaque são relacionadas à pauta nacional da Igreja Católica.

A Associação Sul Rio-Grandense de Professores constitui-se como uma representação regional do professorado e atuou realizando várias atividades, dentre elas destacam-se as palestras, os cursos e as confraternizações que se consolidaram como um espaço de convívio coletivo dos professores. Destaca-se também que esta Associação busca se distanciar do debate político religioso que está colocado no cenário local e nacional. Se, por um lado, a Associação Católica explicita seus objetivos ideológicos, por outro a Associação Sul Rio-Grandense restringe seu debate ao professorado e sua formação.

As duas Associações refletem, de alguma maneira, a disputa ideológica que compunha o pano de fundo do contexto nacional e local. A década de 1930 foi um momento de acirrada disputa entre católicos e liberais.

Constatou-se que as duas Instituições, ao propiciarem um espaço de organização do coletivo referente ao professorado, contribuem para um reforço da

consolidação da profissionalização docente em âmbito local.

A valorização do professorado no período em questão está diretamente atrelada à representação social da profissão. Na época estudada, ser professor na cidade de Pelotas era valorizado socialmente e para as mulheres também era uma possibilidade de trabalho aceita e estimulada socialmente, seguindo a tendência de feminização do magistério que se processava no Brasil e em muitos outros países.

A valorização social pode ser percebida na fala das professoras, nas homenagens feitas pelas associações, nas menções às alunas-mestras e em outras referências encontradas nos periódicos.

Por fim, a valoração social do professorado pelotense identificada no estudo não se reflete numa valoração econômica, o que pode indicar uma situação incômoda que talvez tenha estimulado a participação do professorado nas Associações estudadas. Embora as fontes não indiquem organização em prol de melhores salários, indicam baixos salários e uma certa insatisfação com essa condição.

## Referências

ALBERTI, Verena. *Fontes Orais: Histórias dentro da História*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP: 1998.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulheres na Educação: Missão, Vocação e destino? A Feminização do Magistério ao Longo do Século XX*. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs). *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. 2°. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

AMARAL, Giana Lange do. *O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas*. Pelotas, RS: Seiva, Ed. UFPel: 1999.

AMARAL, Giana Lange do. *Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960)*. Tese de doutorado. PPGE/UFRGS. 2003.

AMARAL, Giana Lange do. *Instituto Educacional Assis Brasil: entre a memória e a história*. Pelotas, RS: Seiva, 2007.

APPLE, Michael. *É impossível entender a escola sem uma teoria da divisão sexual do trabalho. (entrevista)*. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.11, n.2, p. 57 – 68, jul/ dez. 1986.

ARNOLD, Leia Raffi. *Associação Sul Rio Grandense de Professores (ASRP): o início da busca de profissionalização de uma classe. Trabalho de especialização*. FaE/ UFPel. 2006

BASTOS, Maria Helena Câmara. *A revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista*. Pelotas: Seiva, 2005.

BASTOS, Maria Helena Câmara. *Espelho de Papel: a imprensa e a história da*



*educação*. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs). *Novos Temas em História da Educação Brasileira*. Campinas, SP: Autores associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. (coleção memória da educação)

BASTOS, Maria Helena Câmara. *A Imprensa Periódica Educacional no Brasil (1808-1944)*. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CATANI, Denise Bárbara (Orgs). *Educação em Revista: A imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

BARREIRA, Luiz Carlos Barreira.(org). *Estudo de Periódicos: Possibilidades Para a História da Educação Brasileira*. In: MENEZES, Maria Cristina (Org). *Educação, Memória, História: Possibilidades, Leituras*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

BARRETO, Álvaro Augusto Borba. *O movimento operário Rio Grandense e a intervenção estatal: a FORGS e os círculos operários (1932 – 1935)*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRITO, Vera Lúcia Alves de. *O público, o privado e as políticas educacionais*. In: OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Mariza (Orgs). *Política e Trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. 3°. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BUFFA, Éster. *Ideologias em Conflito: Escola Pública e Escola Privada*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979. (coleção educação universitária)

BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 6ª. ed, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

CATROGA, Fernando. *Memória e História*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 2001.

CARDOSO, Aliana Anghinoni; PERES, Eliane. *A criação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (ABE) e suas primeiras ações no campo educacional*. *Revista História da Educação*. Pelotas, ASPHE/FaE/UFPel, abr. 2005. (pg 51-68)

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 – 1931)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

CATANI, Denise Bárbara; BUENO, Belmira Oliveira; SOUZA, M. Cecília C.C.; SOUSA, Cynthia Pereira de (Org.). *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. *Uma Crise da História? A História entre narração e conhecimento*. In: PESAVENTO, Sandra Jotahy. *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 2001.

CHARTIER, Roger. *A 'nova' história cultura existe?*. In: PESAVENTO, Sandra Jotahy; LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta (Orgs). *História e Linguagens: Texto, Imagem, Oralidade e Representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

CURY, Carlos R. Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e liberais*. 4ª. ed., Coleção Educação Contemporânea. São Paulo: Cortez, 1988.

DELGADO, Lucilia de Almeida. *História Oral: memória, tempo e identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ENGUITA, F. Mariano. *A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização*. *Revista Teoria e Educação* (Dossiê: Interpretando o trabalho docente). Porto Alegre: Pannonica editora, n° 4, 1991. (pg 41-61)

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e história*. 16° ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. *Professoras: histórias e discursos de um passado presente*. Pelotas: Seiva, 2005.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. *Educação e Movimento Operário*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1987. (coleção: educação Contemporânea).

GHIRALDELLI, Paulo Jr. *História da Educação*. 2° ed. rev. São Paulo, Cortez, 1992. (coleção magistério – 2° grau. Série formação do professor).

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 3° ed. São Paulo, Atlas, 1991.

GONÇALVES, Mauro Castilhos. *A Imprensa Católica em Taubaté, SP, na Década de 1950 – O Jornal O Lábaro*. In: ARAÚJO, SCHELBAUER. José Carlos, Analete Regina (Org.) *História da Educação pela Imprensa*. Campinas: Alínea, 2007.

GUARESCHI, Pedrinho, e outros. *Os Confrontos da Informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Histórias da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HYPOLITO, Álvaro Luiz Moreira. *Processo de Trabalho Docente: uma análise a partir das relações de classe e de gênero*. Tese de Mestrado. FaE/UFMG. 1994.

HORTA, José Silvério Baía. *O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia: a educação no Brasil (1930 –1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

JANSEN, Sílvio. *A Ilustre Pelotense Tradição e Modernidade em Conflito: um estudo histórico da Universidade Federal de Pelotas e suas tentativas de racionalização*. Tese de mestrado. PPGE/UFRGS. 1990.

JOSSO, Marie-Cristine. *Experiências de Vida e Formação*. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4<sup>a</sup>. ed., Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

LAWN, Martin. *Os professores e a Fabricação de Identidades. Currículos Sem Fronteiras*, Portugal, edições pedagogo, v.o1, n.1, p. 159 –175, nov. 2006.

LEON, Adriana Duarte. *Creche São Francisco de Paula: uma contribuição para a história da infância em Pelotas*. Pelotas: Biblioteca: Campus II, UFPel, 2004.

LELIS, Isabel. *Profissão docente: uma rede de histórias*. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: anped, n° 17, 2001. (pg 40-49)

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Perspectivas Históricas da Educação*. São Paulo, Ática: 1986.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – UFPel, 2001.

LOURO, Guacira Lopes, *Magistério de 1º Grau: um Trabalho de Mulher. Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.14, n.2, p. 31 –39, jul/ dez. 1989.

LOURO, Guacira Lopes, *Prendas e Antiprendas. Educando a mulher gaúcha. Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.11, n.2, p. 25 –56, jul/ dez. 1986.

MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860 – 1890)*. 2º ed. Pelotas: Editora da UFPel, 1993.

MANARCHA, Carlos, *Notas sobre educação nacional na “Era Getuliana”*. *Revista História da Educação*. Pelotas, ASPHE/FaE/UFPel, out 1999. (pg 57-68)

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Conceito de representações sociais dentro da Sociologia Clássica*. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em Representações Sociais*. 4<sup>a</sup>. ed., Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História e memória: combates pela história*. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, Volume 10 , número. 1, p. 27 - 42, jan./jun. 2007.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org). *A Escola Pública no Brasil: história e historiografia*. Campinas-SP, Autores Associados: HISTEDBR, 2005. (Coleção memória da educação)

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, E.P.U.- Editora Pedagógica e Universitária Ltda: 1974.

NEVES, Helena de Araújo. *A 'Alma do Negócio': Aspectos da educação em Pelotas na Propaganda Institucional (1875-1910)*. Tese de mestrado. PPGE/ FaE/ UFPel. 2007.

NORONHA, Olinda Maria; RIBEIRO, Maria Luisa; XAVIER, Maria Elizabete. *História da Educação: A escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994. (Coleção: Aprender e Ensinar).

NOVAES, Maria Eliana. *Professora Primária: mestra ou tia*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1984. (coleção: educação Contemporânea).

NÓVOA, António (Org). *Profissão Professor*. 2<sup>a</sup>. ed Portugal, Porto Editora, 2007. (coleção: ciências da educação).

NÓVOA, António (Org). *Vidas de Professores*. Portugal, Porto Editora, 1991. (coleção: ciências da educação).

NÓVOA, António. *Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente*. *Revista Teoria e Educação* (Dossiê: Interpretando o trabalho docente). Porto Alegre: Pannonica editora, n° 4, 1991. (pg 109-139)

NÓVOA, António. *A Imprensa de Educação e Ensino*. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CATANI, Denise Bárbara (Orgs). *Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. *A Educação Durante o Governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928)*. Tese de mestrado. PPGE/UFPel. 2005.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. *Magistério: idas-e-vindas de um profissão Minas Gerais (1889 –1970)*. In PASSOS, PEIXOTO; Mauro, Ana Maria Casasanta. (Org). *A escola e seus atores: educação e profissão docente*. São Paulo: Autêntica Editora, 2005.

PEREIRA, Bresser Luiz C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. 13° ed. São Paulo, Brasiliense, 1983.

PERES, Eliane Teresinha. *Templos de Luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875–1915)*. Pelotas: Seiva Publicações, 2002. (Série História da Educação em Pelotas-2)

PERES, Eliane Teresinha. *Aprendendo Formas de Pensar, de Sentir e de Agir a Escola como Oficina da Vida: Discursos Pedagógicos e Práticas Escolares da Escola Pública Primária Gaúcha (1909-1959)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-

graduação em Educação da Faculdade de educação – UFMG – Belo Horizonte, 2000.

PERROT, Michelle. A força da memória e da pesquisa histórica. In Projeto História – Revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História. n. 17. São Paulo: EDUC, 1998 (351 - 360).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 4º ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PINTO, Júlio Pimentel. Os Muitos Tempos da Memória. In Projeto História – Revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História. n. 17. São Paulo: EDUC, 1998 (203 - 211)

QUADROS, Claudemir de. Reforma, ciência e profissionalização da educação: o centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado. PPGE/UFRGS. 2006.

SAVIANI, Dermeval (Org). Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica. São Paulo, Editora Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação).

SCHNEIDER, Regina P. A instrução pública no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Est, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon (Org). *Estado Novo, um auto-retrato (arquivo Gustavo Capanema)*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983. (Coleção temas Brasileiros, 24).

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Editora Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Daiani Santos da; AMARAL, Giana Lange do Amaral. Escola Complementar de Pelotas: A História contada através da Memória. 12º Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação, 2006. (anais do evento)

SILVA, Marinete dos Santos. *A Educação Brasileira no Estado Novo*. São Paulo, Editora Livramento: Coleção Educação e Cultura, 1980.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. *O currículo Como Fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 12º ed. São Paulo, Bertrand Brasil,

SOUZA, Elizeu Clementino. *O Conhecimento de si: Estágio e narrativas de formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A; Salvador, BA: UNEB, 2006.

TAMBARA. Elomar. *Profissionalização, Escola Normal, Feminização e Femilização:*

*Magistério Sul-Rio-Grandense de Instrução Pública-1880/1935.* In: GARCIA, HYPOLITO, VIEIRA. Maria Manuela Alves, Álvaro Moreira, Jarbas Santos (Org.) *Trabalho Docente: formação e identidade.* Pelotas: Seiva, 2002.

TAMBARA, Elomar. *Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX.* *Revista História da Educação.* Pelotas, ASPHE/FaE/UFPel, abr. 1998. (pg 35-57)

TAMBARA, Elomar. *Positivismo e Educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo.* Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel, 1995.

TAMBARA, Elomar. *Círculo Operário e Igreja: a Formação da Classe Trabalhadora.* In: GHIGGI, Gomercindo; HYPOLITO, Álvaro; TAMBARA, Elomar. *Trabalho, Conhecimento e Formação do trabalhador.* Pelotas: Editora Universitária, UFPel, 1993.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral.* 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VANTI, Elisa dos Santos. *O Fio da Infância na Trama da História: um estudo sobre significações de infância e de Educação Infantil em Pelotas (1875 – 1900).* Pelotas/RS. Pelotas: UFPel – Faculdade de Educação. Dissertação de mestrado: 1998. – 366p.

VEIGA, Ana Maria, *Memórias do feminismo: representação e invisibilidade (Brasil e Argentina pós 1968).* *Revista da Associação Brasileira de História Oral. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, Volume 10 , número. 1, p. 93 - 112, jan./jun. 2007.*

VICENTINI, Paula Perin. *Celebração e Visibilidade: O dia do professor e as diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-1963).* *Revista Brasileira de História da Educação.* n.8, p. 09 - 41, jul./dez. 2004.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. *Do Artesanato à Profissão: Representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX.* In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil, vol 2: séc. XIX,* Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. págs.104 a 115.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. *História das Instituições Escolares: de que se fala.* In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *Fontes, História e historiografia da educação.* Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2004. (Coleção Memória da educação).

### Entrevistas

Vanisa Esteves – Pelotas, 21/07/06 – 16h, por Adriana Duarte Leon.

Elza Nunes – Pelotas, 26/02/07 – 14h, por Adriana Duarte Leon

Irma Stephan Bicca – Pelotas, 12/03/07 – 16h30' por Adriana Duarte Leon.

Ilza Cardoso – Pelotas, 21/03/07 – 16h por Adriana Duarte Leon

Maria Isabel Galé Zanela – Pelotas, 23/03/07 – 16h por Adriana Duarte Leon



### Documentos da Associação Sul Rio-Grandense de Professores

1. Livro de Atas do Conselho Diretor (1929 -1933)
2. Livro de Atas da Assembléia Geral (1929 -1936)
3. Livro das Diretorias (1929 -1981)
4. Livro de Atas do Conselho Diretor (1933 -1937)
5. Livro de Atas do Conselho Diretor e Assembléia Geral (1938 -1942)
6. Estatuto da Associação Sul-Riograndense de Professores (Pelotas, 1953)  
(Acervo da Associação sul Rio-Grandense de Professores. Pelotas, RS)

### Jornais e periódicos

A Palavra (1929 - 1949)  
Diário Popular (1929 - 1949)  
Opinião Pública (1929 - 1949)

### Online

Universidade Federal do Rio Grande do Sul: memória da cartilha. Disponível em 22/07/07  
[www.ufrgs.br/faced/extensao/memoria/index1.html](http://www.ufrgs.br/faced/extensao/memoria/index1.html) acesso em 22 de julho/07 – 23h30'.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)



[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)